



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 11 | novembro 2019



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: novembro de 2019

Elaborado com informação disponível até ao dia 29 de novembro.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 218 823 390

Fax: +351 218 823 399

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-147 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1747-9112



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Public administration and modernization - an overview on the most relevant indicators for Portugal	35
O investimento das empresas	39
Iniciativas e Medidas Legislativas	51
Lista de Acrónimos	57

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No terceiro trimestre de 2019, a produção industrial mundial desacelerou para 0,5% em termos homólogos (1,1% no trimestre precedente), evolução que ocorreu tanto nas economias avançadas, como nos países emergentes e em desenvolvimento. O comércio mundial de mercadorias diminuiu, sobretudo devido à deterioração das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento.
- * O PIB da OCDE aumentou para 1,6% em termos homólogos reais no terceiro trimestre de 2019 (igual ao segundo trimestre). A taxa de inflação homóloga desacelerou para 1,9% (2,3% no trimestre precedente) e a taxa de desemprego estabilizou em 5,2%.
- * Os indicadores disponíveis para os EUA para outubro de 2019 indicam uma quebra da produção industrial e um abrandamento das vendas a retalho. Neste mês, a taxa de desemprego situou-se em 3,6% e, a taxa de inflação homóloga subiu para 1,8% (1,7% em setembro). Para a China, assistiu-se a um menor dinamismo da atividade económica e externa, refletindo as tensões comerciais com os EUA.
- * No terceiro trimestre de 2019, o PIB da União Europeia (UE) abrandou para 1,3% em termos homólogos reais (1,4% no período precedente) e o da área do euro (AE) manteve-se em 1,2%. A taxa de desemprego estabilizou em 6,3% para a UE e baixou para 7,5% para a AE (7,6% no segundo trimestre). Em outubro de 2019, o indicador de sentimento económico desceu para a UE e AE, refletindo a descida de todos os indicadores de confiança, à exceção da construção. Em outubro de 2019, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 0,7% em termos homólogos (0,8% no mês precedente) e para 1,3% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,4% no mês anterior).
- * Em novembro de 2019 e, até ao dia 26, o preço *spot* do petróleo *Brent* aumentou para 63 USD/bbl (57€/bbl), impulsionado, em parte, pela expectativa de uma extensão dos limites na produção por parte da OPEP.
- * As taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente na área do euro em novembro de 2019, tendo descido nos EUA, para se situarem, em média, até ao dia 26, em -0,4% e 1,9%, respetivamente. A Reserva Federal dos EUA decidiu, a 30 de outubro de 2019, reduzir, pela terceira vez este ano, as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,50% e 1,75%.
- * Em novembro de 2019, os índices bolsistas internacionais continuaram a evoluir favoravelmente, apesar do possível adiamento do acordo comercial entre os EUA e a China.
- * No mercado cambial, o euro face ao dólar situou-se em 1,10 a 26 de novembro de 2019, representando uma depreciação face ao final do mês de outubro, refletindo, em parte, o enfraquecimento da economia da área do euro.

Conjuntura Nacional

- * Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB apresentou um crescimento homólogo real de 1,9% no terceiro trimestre deste ano (taxa idêntica à verificada no trimestre precedente).
- * Neste trimestre, o crescimento homólogo do Consumo Privado acelerou para 2,3% em termos reais e 2% face ao trimestre anterior. Esta evolução reflete um crescimento de 0,8% no consumo de bens duradouros e de 2,5% nos bens não duradouros e serviços.

- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 4,7% no terceiro trimestre, um valor inferior em 0,3 p.p. face ao observado no trimestre anterior. No mesmo trimestre, o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou uma variação de 2,7%, que compara com 3,2% no segundo trimestre.
- * Os indicadores qualitativos de opinião dos agentes económicos continuam a sinalizar uma evolução mista no trimestre terminado em outubro, com a melhoria da confiança dos consumidores e do sentimento dos empresários face à procura interna de bens de consumo, mas uma degradação do sentimento relativo à evolução das vendas no comércio a retalho.
- * No terceiro trimestre de 2019, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 5,8% (um valor inferior em 2,4 p.p. face ao observado para o trimestre anterior), assinalando-se uma desaceleração do investimento em Outras Máquinas e Equipamentos e uma diminuição do investimento em Equipamentos de Transporte.
- * O défice acumulado da balança corrente até setembro de 2019 cifrou-se em 533 milhões de euros, o que representa um agravamento de 2.371 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, a deterioração do saldo da balança de bens, ainda que compensada, em parte, pela melhoria do saldo da balança de rendimentos primários.
- * A taxa de desemprego estimada em outubro de 2019 foi de 6,5%, semelhante à registada no mês anterior, mas em termos trimestrais acentua-se a tendência de quebra do indicador.
- * O IPC em outubro manteve-se inalterado em termos homólogos e com uma variação de 0,5% em termos médios homólogos dos últimos 12 meses; quanto ao IPC subjacente caiu 2%.
- * Até outubro de 2019, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo de 998 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 726 milhões de euros em termos homólogos. Face ao mês anterior, o saldo reduziu-se em 1.544 milhões de euros. O saldo primário atingiu 8.562 milhões de euros.
- * Para a evolução do saldo contribuiu o crescimento da receita efetiva de 4,2%, que mais do que superou o aumento verificado da despesa efetiva de 3,2%. Para o aumento da receita concorreu quer o crescimento da receita fiscal (3,3%), quer das contribuições da segurança social (7%).
- * Por subsectores, a Administração Central apresentou um défice de 2.625 milhões de euros, a Administração Regional e Local apresentaram um excedente de 740 milhões de euros e a Segurança Social obteve um saldo de 2.882 milhões de euros.
- * A dívida pública atingiu no final do terceiro trimestre 252.296 milhões de euros, o que corresponde a um aumento mensal de 231 milhões de euros e de 3.153 milhões de euros face ao final de 2018 e que se estima corresponder 120,6% do PIB.
- * Em outubro, a dívida direta do Estado atingiu 246.658 milhões de euros (246.002 milhões de euros após cobertura cambial), menos 726 milhões de euros em termos homólogos.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados¹ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 2,5% nos primeiros nove meses de 2019. Neste mesmo período, as importações aumentaram 7,9%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 27,2%, correspondendo a 3 339 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 74,1%, menos 3,9 p.p. que em igual período de 2018.
- * Nos primeiros nove meses de 2019, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias (4,3%), excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais. As importações registaram uma variação homóloga positiva (9%) superior ao crescimento das exportações, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 30,9%.
- * No último ano a terminar em setembro de 2019, as exportações de mercadorias cresceram 2,2% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,6 p.p.), dos “Químicos” (1 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (0,6 p.p.). Nos primeiros nove meses de 2019, deve igualmente destacar-se o contributo positivo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,8 p.p.), seguido do contributo dos “Químicos” (0,9 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (0,7 p.p.).
- * De janeiro a setembro de 2019, as exportações para o mercado comunitário cresceram 3,7%, em termos homólogos, e contribuíram em 2,8 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 3,5% e as exportações para os países do Alargamento 6,5%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,5 p.p. e 0,3 p.p.. As exportações para França e Alemanha representam no seu conjunto 25,2% (13,1% e 12,1%, respetivamente) das exportações portuguesas de mercadorias, apenas 0,5 p.p. acima do principal mercado de destino (Espanha) e foram responsáveis pelo maior contributo Intra UE-15 (ambas 0,7 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para Itália com 0,5 p.p..
- * Nos primeiros nove meses de 2019, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 1,3%, passando a representar 23% do total das exportações nacionais (menos 0,9 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Canadá (83,1%), Turquia (26,2%) e Suíça (12,1%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de setembro de 2019, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 2,5% nos primeiros nove meses de 2019. A componente de Serviços registou um melhor desempenho face à dos Bens (3,9% e 1,7%, respetivamente) com a componente de Serviços a registar o maior contributo para o crescimento do total das exportações (1,5 p.p.).

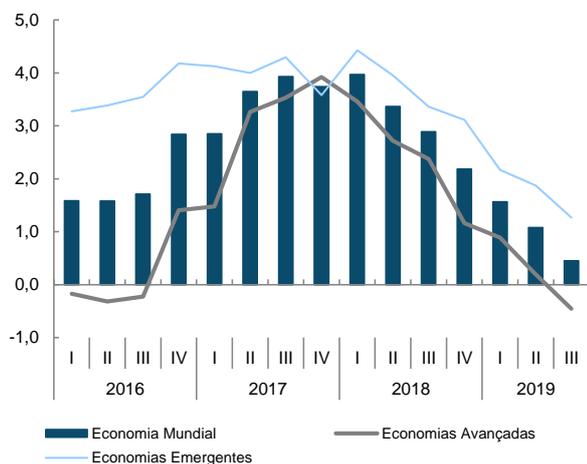
¹ Resultados mensais preliminares de janeiro a setembro de 2019.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No terceiro trimestre de 2019, a produção industrial mundial desacelerou para 0,5% em termos homólogos (1,1% no segundo trimestre), evolução que se verificou tanto nas economias avançadas, como nos países emergentes e em desenvolvimento.

Figura 1.1. Produção Industrial (VH, em %)



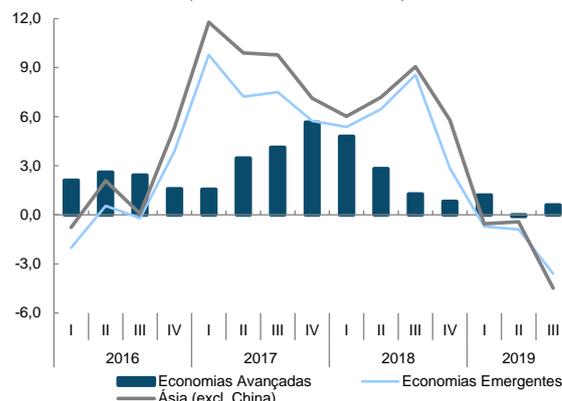
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias agravou-se, devido sobretudo à diminuição das importações.

De facto, no terceiro trimestre de 2019 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial registou uma quebra de 1,1% (-0,5% no segundo trimestre);
- as importações e exportações mundiais caíram 1,1% e 1%, respetivamente (-0,4% e -0,6%, respetivamente, no trimestre precedente).

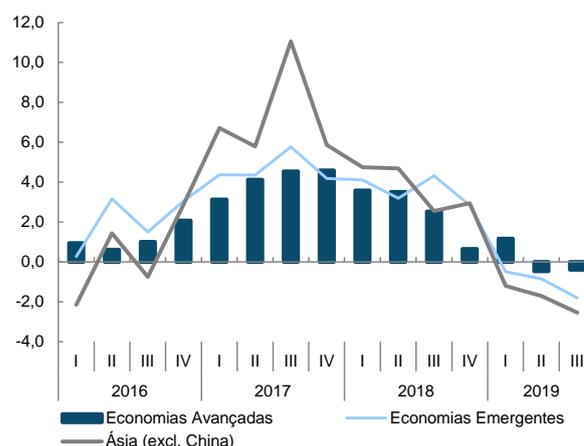
Figura 1.2. Importações de Mercadorias (VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A diminuição do comércio mundial no terceiro trimestre de 2019 deveu-se sobretudo à deterioração das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias (VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2019			
			3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	3,1	2,9	2,2	1,6	1,1	0,5	0,8	0,8	0,1	0,5
Economias Avançadas	VH	2,4	2,4	1,2	0,9	0,2	-0,5	-0,4	-0,3	-0,8	-0,3
Economias Emergentes	VH	3,7	3,4	3,1	2,2	1,9	1,3	1,9	1,7	0,9	1,2
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	3,4	3,7	1,6	0,4	-0,5	-1,1	-1,8	-1,1	-1,0	-1,1
Importações Mundiais	VH	3,7	4,2	1,6	0,4	-0,4	-1,1	-1,7	-1,5	-1,0	-0,9
Economias Avançadas	VH	2,4	1,3	0,8	1,2	-0,1	0,6	-0,7	0,4	0,5	0,9
Economias Emergentes	VH	5,8	8,5	2,8	-0,7	-0,9	-3,6	-3,2	-4,3	-3,2	-3,3
Exportações Mundiais	VH	3,1	3,3	1,6	0,4	-0,6	-1,0	-1,8	-0,7	-1,0	-1,4
Economias Avançadas	VH	2,5	2,5	0,7	1,2	-0,5	-0,4	-1,8	-0,3	-0,8	-0,1
Economias Emergentes	VH	3,8	4,3	2,8	-0,5	-0,8	-1,8	-1,9	-1,2	-1,2	-3,0

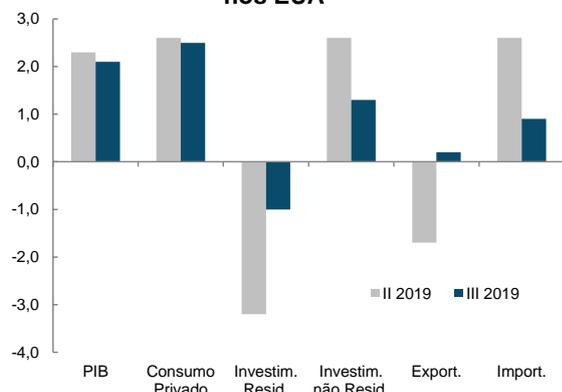
Fonte: CPB

Atividade Económica Extra-UE

No terceiro trimestre de 2019, o PIB da OCDE aumentou para 1,6 % em termos homólogos reais (igual ao trimestre precedente).

A taxa de inflação homóloga da OCDE desacelerou para 1,9% no terceiro trimestre de 2019 (2,3% no período precedente) e a taxa de desemprego estabilizou em 5,2%.

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em volume nos EUA



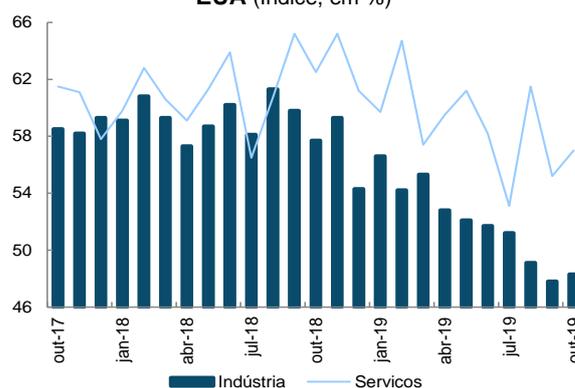
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No terceiro trimestre de 2019, o PIB dos **EUA** desacelerou para 2,1% em termos homólogos reais (2,3% no segundo trimestre) resultando sobretudo do abrandamento do investimento privado no segmento não residencial. O consumo privado manteve um forte crescimento (2,5%) e as exportações recuperaram.

Em outubro de 2019, e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial registou uma quebra de 1,1% (-0,1% em setembro);
- as vendas a retalho desaceleraram para 3,1% (4% em setembro);
- a taxa de desemprego situou-se em 3,6% e, a taxa de inflação homóloga subiu para 1,8% (1,7% em setembro).

Figura 1.5. Indicadores de Confiança Empresarial dos EUA (índice, em %)

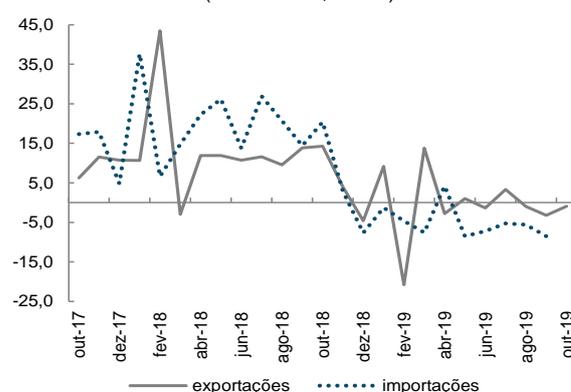


Fonte: ISM.

No terceiro trimestre de 2019, o PIB do **Japão** aumentou para 1,4% em termos homólogos reais (0,8% no segundo trimestre) devido à melhoria da procura interna; já que o setor externo, afetado pelas tensões comerciais, se manteve fraco.

Os indicadores disponíveis para a **China** para o início do quarto trimestre de 2019 indicam um menor dinamismo da atividade económica (produção industrial e vendas a retalho). As exportações de bens apresentaram uma ligeira melhoria apesar de continuarem a registar uma quebra, em linha com a desaceleração da procura global.

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China (VH nominal, em %)



Fontes: OMC e Instituto de Estatística da China.

Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

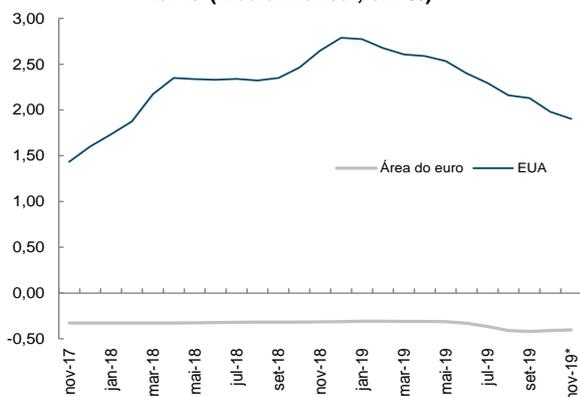
Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2019			
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
EUA – PIB real	VH	2,9	3,1	2,5	2,7	2,3	2,1	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	4,0	4,9	4,0	2,9	1,2	0,2	0,4	0,3	-0,1	-1,1
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	58,8	59,7	57,1	55,4	52,2	49,4	51,2	49,1	47,8	48,3
Índice ISM dos Serviços	%	61,6	60,8	63,0	60,6	59,6	56,6	53,1	61,5	55,2	57,0
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	98,4	98,1	98,1	94,5	98,5	93,8	98,4	89,8	93,2	95,5
Taxa de Desemprego	%	3,9	3,8	3,8	3,9	3,6	3,6	3,7	3,7	3,5	3,6
China – PIB real	VH	6,6	6,5	6,4	6,4	6,2	6,0	-	-	-	-
Exportações	VH	9,9	11,7	4,5	0,7	-1,0	-0,3	3,3	-1,0	-3,2	-0,9
Japão – PIB real	VH	0,8	0,2	0,3	0,9	0,8	1,4	-	-	-	-

Fontes: BEA, BGFERS, ISM, Michigan, BLS, NBSC, OMC e COGJ.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em novembro de 2019 e, até ao dia 26, as taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente na área do euro, tendo desido nos EUA, para se situarem, em média, em -0,4% e 1,9%, respetivamente. Entretanto, a Reserva Federal dos EUA decidiu, a 30 de outubro, reduzir as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,50% e 1,75%.

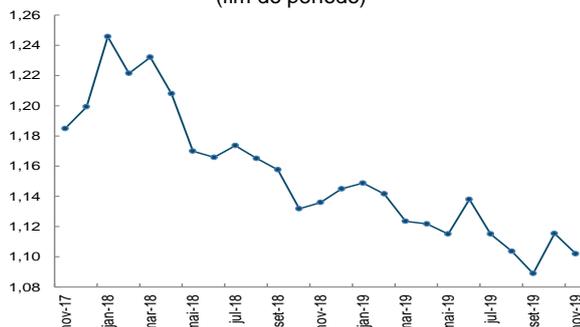
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 26.

Quanto às taxas de juro de longo prazo, estas estabilizaram nos EUA, tendo aumentado na área do euro.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

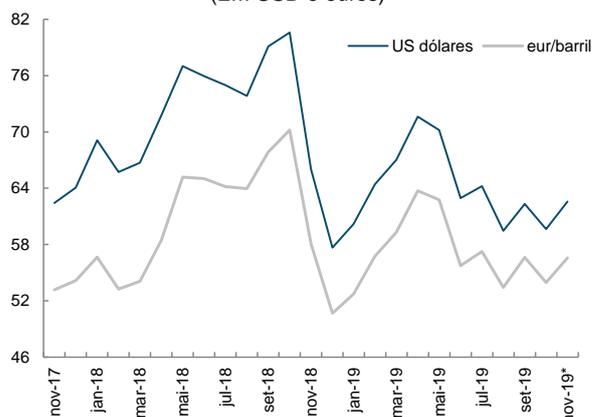


Fonte: Banco de Portugal. Para novembro, o valor é do dia 26.

Em novembro de 2019, assistiu-se a uma depreciação do euro face ao dólar, tendo atingido 1,10 no dia 26 (1,12 no final de outubro) refletindo, em parte, o enfraquecimento da economia da área do euro.

Em outubro de 2019, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado desceu para 50,6 (por memória, atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 26.

Em novembro de 2019 e, até ao dia 26, o preço do petróleo Brent aumentou, para se situar em 63 USD/bbl (57€/bbl), comparado com 60 USD/bbl (54€/bbl) em outubro, impulsionado, em parte, pela expectativa de uma extensão dos limites na produção de crude por parte da OPEP.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2019			
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
Taxa Euribor a 3 meses*	%	-0,31	-0,32	-0,31	-0,31	-0,35	-0,42	-0,38	-0,43	-0,42	-0,39
Yield OT 10 anos – EUA**	%	2,91	2,93	3,04	2,65	2,33	1,79	2,06	1,63	1,70	1,70
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	127	130	139	1,11	0,80	0,17	0,36	0,10	0,05	0,14
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	1,145	1,158	1,145	1,124	1,138	1,089	1,115	1,104	1,089	1,115
Dow Jones*	VC	-5,6	9,0	-11,8	11,2	2,6	1,2	1,0	-1,7	1,9	0,5
DJ Euro Stoxx50*	VC	-14,3	0,1	-11,7	11,7	3,6	2,8	-0,2	-1,2	4,2	1,0
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	7154	75,98	68,09	63,88	68,26	61,99	64,21	59,45	62,32	59,63
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	30,6	45,60	10,94	-4,90	-8,90	-18,40	-14,4	-19,5	-21,2	-26,0
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	24,8	47,1	14,4	2,94	-3,41	-14,63	-10,8	-16,4	-16,5	-23,1
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	53,3	60,1	58,5	50,6	57,8	53,2	54,9	51,9	52,9	50,6

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

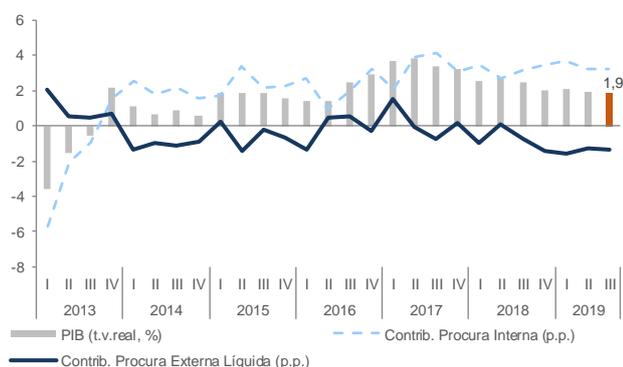
Fontes: BdP, Eurostat, Yahoo, DGEG e GEE

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o terceiro trimestre de 2019 indicam uma manutenção do crescimento homólogo real do PIB em 1,9%. A procura interna manteve o contributo registado no trimestre anterior (3,2 p.p.), observando-se uma alteração na sua composição, por via de uma intensificação do crescimento do consumo privado e de um abrandamento no crescimento do investimento. Por outro lado, registou-se uma aceleração da variação em volume das exportações e importações de bens e serviços, mantendo-se negativo o contributo da procura externa líquida. Face ao trimestre anterior, observou-se uma variação em cadeia de 0,3% em termos reais.

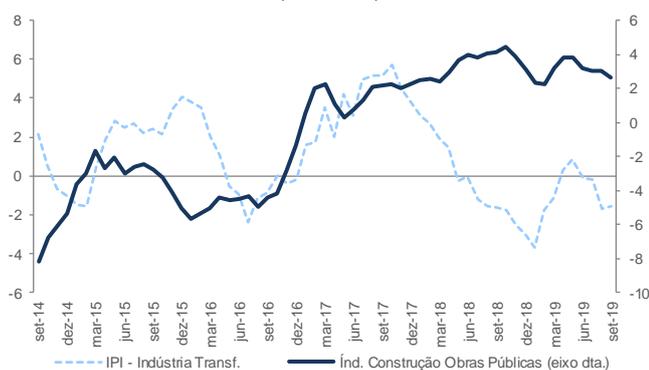
Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)



Fonte: INE.

No terceiro trimestre de 2019, o Indicador de Atividade Económica diminuiu ligeiramente face ao trimestre anterior para 1,9% (2% no segundo trimestre).

Figura 2.2. Índices de Produção
(VH, MM3)



Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2019				
			3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
PIB – CN Trimestrais	VH Real	2,4	2,4	2,0	2,1	1,9	1,9	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico*	SRE-VE	2,6	2,6	2,6	2,5	2,4	2,2	2,4	2,4	2,3	2,2	2,1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	0,5	0,2	-0,8	-2,1	-3,4	-4,1	-1,8	-5,2	-2,7	-4,3	-5,7
Indicador de Confiança do Comércio	"	3,3	3,2	3,3	3,6	2,7	2,6	2,5	3,4	1,6	3,0	1,0
Indicador de Confiança dos Serviços	"	14,1	15,6	12,8	14,8	14,5	9,9	13,2	11,4	9,3	9,0	12,9
Indicador de Confiança da Construção	"	-10,9	-11,6	-8,6	-9,5	-10,8	-12,7	-10,8	-15,3	-10,5	-12,2	-12,3
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-0,4	-1,5	-2,6	-1,0	-0,7	-1,7	-3,4	0,6	-2,5	-3,3	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	5,3	5,8	1,8	1,8	-1,3	-0,7	-9,4	1,5	-4,2	-0,3	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	4,7	5,2	2,3	4,6	1,9	1,4	3,2	2,0	1,0	1,3	:

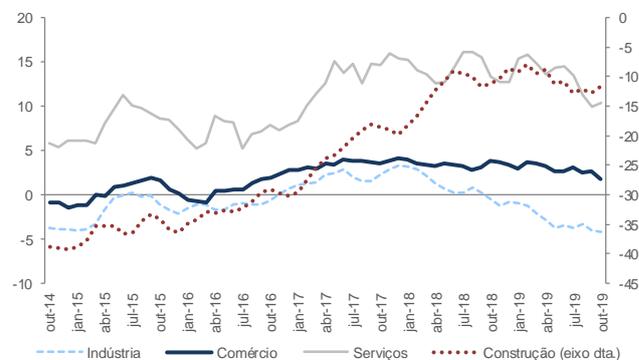
*valores mensais referem-se à média móvel a 3 meses. Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao terceiro trimestre, mostram que, em termos homólogos:

- na Indústria Transformadora, o Índice de Produção apresentou um decréscimo de 1,7% e o Índice de Volume de Negócios registou igualmente uma redução de 0,7% (-0,7% e -1,3% no segundo trimestre de 2019, respetivamente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 2,7%, que compara com 3,2% no segundo trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços apresentou um crescimento de 1,4%, desacelerando 0,5 p.p. face ao crescimento observado para o segundo trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento menos intenso, situando-se em 4,7% (5% no segundo trimestre).

Comparando o trimestre terminado em outubro com o terceiro trimestre, registou-se a uma ligeira deterioração no indicador de confiança da Indústria, e uma deterioração mais acentuada no indicador relativo ao setor do Comércio, o que contrasta com a melhoria verificada nos indicadores de confiança dos setores da Construção e dos Serviços.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)

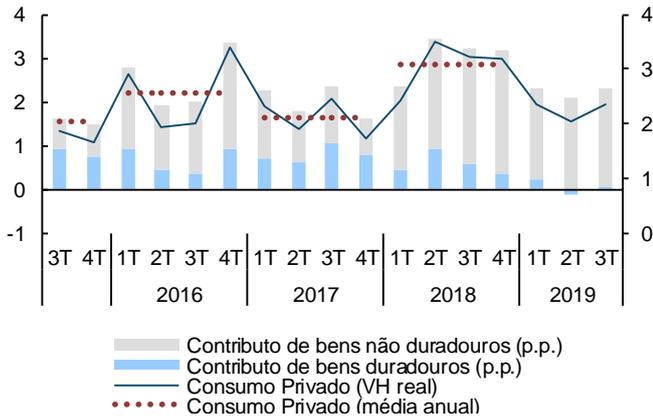


Fonte: INE

Consumo Privado

As Contas Nacionais do INE apontam para que o Consumo Privado, no 3.º trimestre de 2019, tenha acelerado a variação homóloga para 2,3% em termos reais e 2% face ao trimestre anterior. A evolução desta componente do PIB reflete um crescimento de 0,8% da componente de bens duradouros (depois de uma quebra de 1,2% no trimestre anterior) e de 2,5% nos bens não duradouros e serviços.

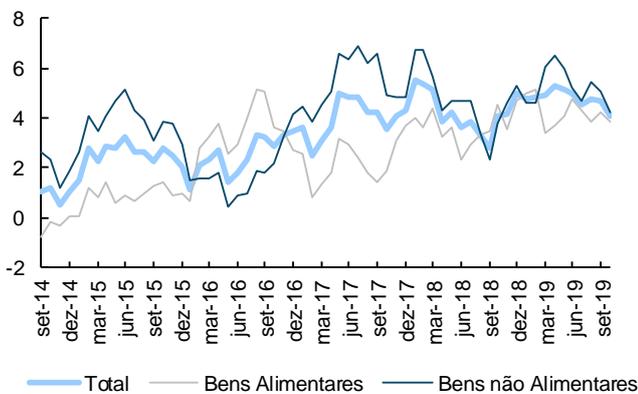
Figura 2.4. Consumo Privado e contributos (VH, %)



Fonte: INE.

Neste mesmo trimestre consolidou-se uma tendência para o crescimento do Volume de Negócios no Comércio a Retalho, com maior intensidade na componente não alimentar.

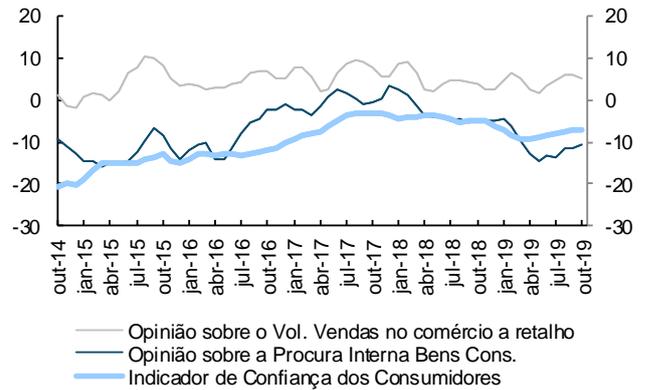
Figura 2.5. Volume de Negócios do Comércio a Retalho (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Os indicadores qualitativos, disponíveis até outubro, registaram uma evolução contrastante: o indicador de confiança dos consumidores recuperou ligeiramente, enquanto nos indicadores de opinião dos empresários verifica-se uma quebra no que respeita ao Volume de Negócios no Comércio a Retalho e uma melhoria da perspetiva relativamente à evolução da Procura Interna de Bens de Consumo.

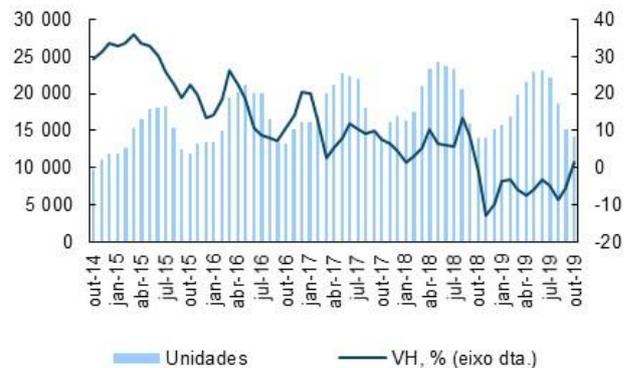
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mês de outubro foram vendidos 15.649 veículos ligeiros de passageiros, uma variação homóloga de 12,2%. Entre janeiro e outubro, foram vendidos 189.667 veículos, menos 3,9% do que em igual período do ano transato.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2019				
			3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	2,1	3,2	3,2	2,4	2,0	2,3	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	-4,8	-5,0	-6,2	-9,5	-8,3	-7,1	-8,4	-6,4	-7,8	-7,2	-6,6
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	4,3	4,4	2,4	5,1	3,3	6,0	4,7	6,4	7,5	4,1	3,6
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	4,1	2,8	5,0	4,9	5,0	4,7	3,9	5,4	4,9	3,8	:
Bens Alimentares	VH	3,7	3,5	4,7	3,4	4,7	4,2	2,8	5,3	3,5	3,8	:
Bens não alimentares	VH	4,5	2,3	5,3	6,1	5,2	5,1	4,9	5,4	6,0	3,7	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	2,7	8,5	-9,9	-5,9	-3,0	-5,6	-3,5	-7,8	-19,0	13,9	12,2
Importação de Bens de Consumo***	VH	4,4	2,7	6,6	7,0	2,5	6,1	-2,6	7,4	1,9	9,0	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Fontes: INE e ACAP

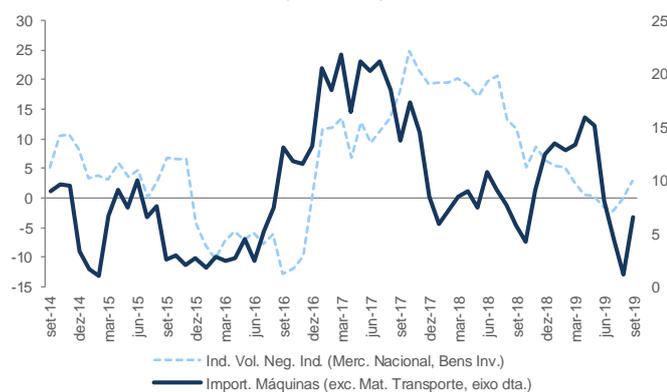
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no terceiro trimestre de 2019, a FBCF registou um crescimento, em termos homólogos, de 5,8% (2,4 p.p. inferior ao observado no trimestre precedente). O investimento em Outras Máquinas e Equipamentos registou uma variação de 0,3%, desacelerando (-5,3 p.p.) face ao trimestre anterior, e o investimento em Equipamento de Transporte apresentou uma diminuição de 8% (-14,9 p.p. face ao trimestre anterior). Por outro lado, observou-se um crescimento de 10,9% na FBCF em Construção (+0,7 p.p. face ao segundo trimestre).

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao terceiro trimestre de 2019, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 2,8% (+4,5 p.p. quando comparado com o trimestre anterior);
- a importação de Máquinas e Outros de Bens de Capital exceto Material de Transporte cresceu 6,5% (-1,6 p.p. face ao trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos cresceram 26,7%, que compara com um crescimento nulo (0%) no trimestre anterior.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)

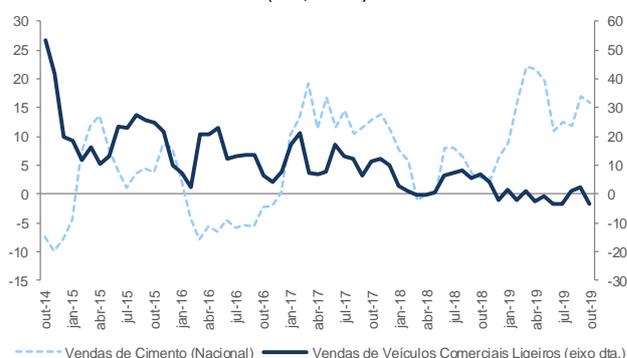


Fonte: INE.

Os dados para o trimestre terminado em outubro de 2019, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de Veículos Comerciais Ligeiros registaram uma redução de 3,5% (2,3% no terceiro trimestre), acompanhado por uma redução de 7,5% na venda de Veículos Comerciais Pesados (-11,5% no terceiro trimestre);
- as vendas de Cimento registaram uma variação homóloga de 15,9%, o que compara com 16,9% no terceiro trimestre;

Figura 2.10. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2019				
			3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
FBC – CN Trimestrais	VH Real	6,2	5,4	7,3	12,1	10,5	8,8	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	5,8	6,2	4,8	11,3	8,2	5,8	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	5,5	5,6	4,3	12,4	7,8	4,9	7,8	4,5	5,2	4,9	:
Vendas de Cimento	VH	4,3	3,5	6,5	22,2	10,8	16,9	3,6	19,1	12,1	18,9	16,6
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	2,1	5,3	-2,2	0,9	-3,5	2,3	-13,0	7,4	14,6	-13,7	-9,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-4,4	-3,5	-12,9	10,1	17,7	-11,5	31,4	-47,6	-33,8	28,3	-23,8
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	6,8	3,5	14,6	5,7	-7,8	0,0	-2,7	-3,9	11,4	-7,5	5,9
Licenças de Construção de fogos	VH	43,5	35,6	57,2	33,9	0,0	26,7	-10,8	33,4	4,7	42,1	:
Importações de Bens de Capital**	VH	9,4	5,7	12,4	13,4	8,1	6,5	-5,9	6,2	4,0	8,9	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	14,1	11,7	6,3	2,6	-16	2,8	-4,8	-3,4	12,2	3,2	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o terceiro trimestre, apontam para um crescimento das exportações em 1,2%, e um aumento das importações em 6,3% (que compara com 1,1% e 6,4% no segundo trimestre, respetivamente).

Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

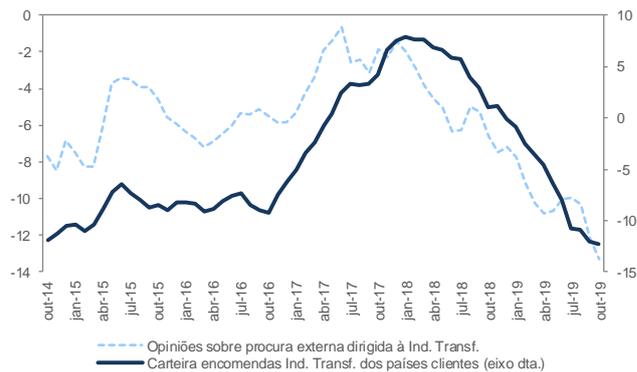
Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente intracomunitária das exportações de bens registou um crescimento de 2,4%, enquanto o mercado extracomunitário diminuiu 2,3% em termos homólogos (1,8% e -1,4% no trimestre anterior, respetivamente);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário apresentou um aumento de 9,8% (+1,8 p.p. face ao registado no trimestre anterior), tendo as importações oriundas do mercado extracomunitário diminuído 3,2% (-4,9 p.p. face ao verificado no trimestre anterior).

Esta evolução resulta numa taxa de cobertura do comércio internacional de bens de 74,1% (78% em igual período de 2018).

Por seu lado, no trimestre terminado em outubro, as opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora foram mais negativas que no terceiro trimestre. A carteira de encomendas apresentou igualmente uma redução face ao mesmo período.

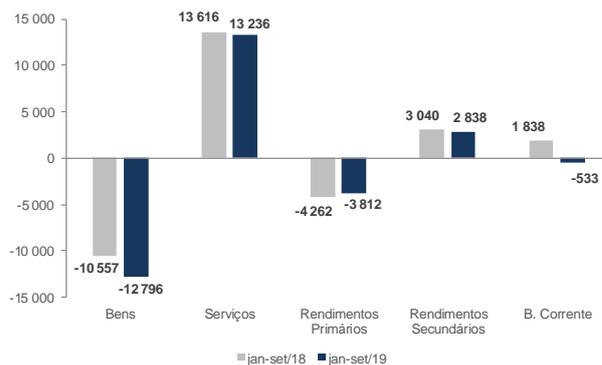
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

O défice acumulado da balança corrente, até setembro de 2019, foi de 533 milhões de euros, o que representa um agravamento de 2.371 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, a deterioração do saldo da balança de bens, em parte compensada pela melhoria do saldo da balança de rendimentos primários.

Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

Entre janeiro e setembro de 2019, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 689 milhões de euros (o que compara com uma capacidade de 3.167 milhões de euros no período homólogo).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2019				
			3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	3,8	2,8	0,8	3,1	1,6	2,6	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	5,8	4,6	4,2	7,1	4,8	5,8	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	0,1	0,7	0,1	-0,4	-0,6	:	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	12	1,8	12	0,5	0,4	:	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	5,0	5,7	14	5,3	1,1	12	8,5	-8,2	15	-4,5	5,8
Entradas de Bens	VH nom	8,5	7,7	8,6	11,3	6,4	6,3	14,1	-3,8	9,4	-4,5	13,2

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

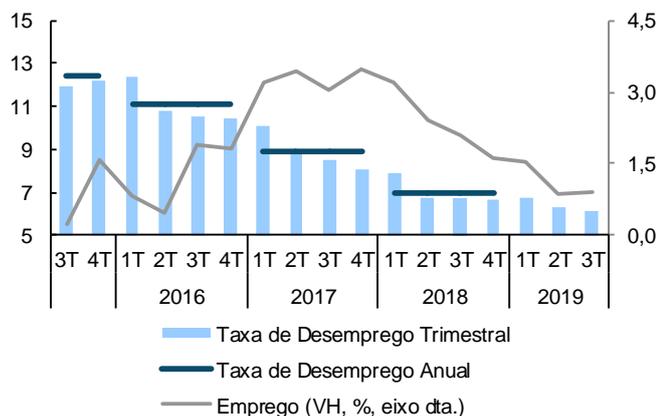
Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2018	2019	Dif.
			3T	4T	1T	2T	3T	jan-set	jan-set	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	2 849	3 207	-318	-952	-1 158	2 798	3 167	689	-2 478
Saldo Balança de Bens	"	-15 264	-3 733	-4 708	-4 374	-4 086	-4 336	-10 557	-12 796	-2 239
Saldo Balança de Serviços	"	16 827	6 480	3 212	2 845	3 828	6 564	13 616	13 236	-379
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-4 887	-1 338	-626	-454	-2 217	-1 141	-4 262	-3 812	450
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 127	1 172	1 086	694	1 028	1 116	3 040	2 838	-202

Fonte: BdP.

Mercado de Trabalho

Os dados mais recentes do Inquérito Trimestral ao Emprego do INE, apontam para que a taxa de desemprego se tenha fixado nos 6,1% no terceiro trimestre de 2019, mantendo-se a tendência de redução (-0,2 p.p. face ao trimestre anterior e -0,6 p.p. face ao período homólogo). Esta evolução reflete um aumento do Emprego em linha com o aumento da população ativa. Em termos mensais, a taxa de desemprego mantém-se idêntica à de setembro (6,5%)

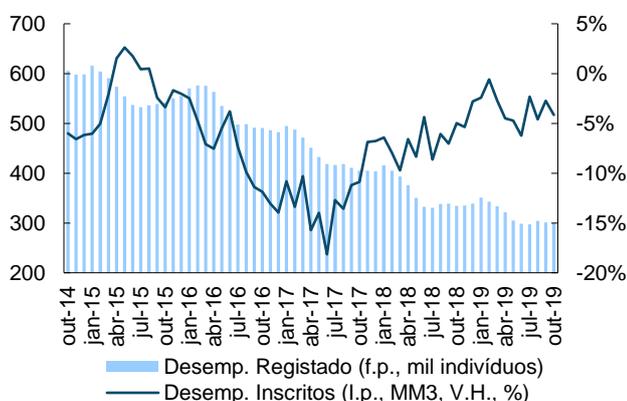
Figura 2.14. Emprego e Taxa de Desemprego



Fonte: INE.

No final de outubro, estavam inscritas, nos Centros de Emprego, cerca de 300 mil pessoas, menos 10,2% do que em igual período de 2018. Já o número de indivíduos que se inscreveram ao longo do último mês estabilizou em torno dos 52,5 mil, com uma variação homóloga de 0,2%.

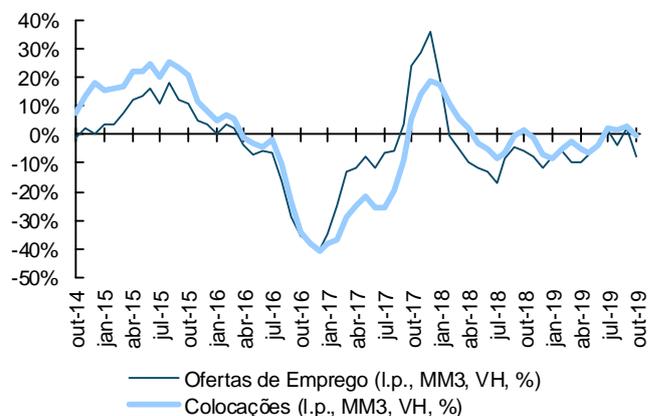
Figura 2.15. Desemprego



Fonte: IEFP.

O número de ofertas de emprego registou uma diminuição homóloga de 14,2% em outubro, enquanto as colocações baixaram 2,4%, o que corresponde a um rácio de 68,3%, acima dos 60,1% registado no mesmo período do ano anterior.

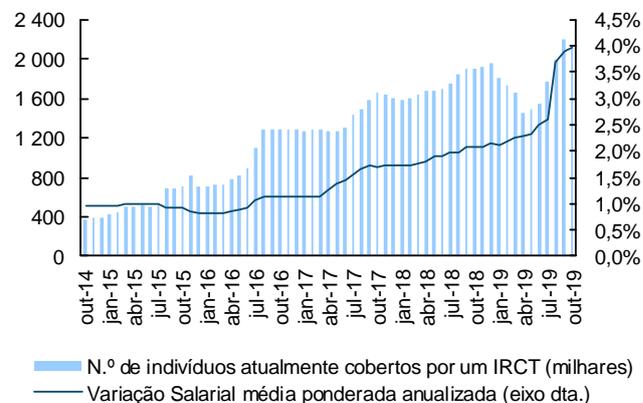
Figura 2.16. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de outubro, mais de 2,1 milhões de trabalhadores se encontravam abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 12,3% face ao período homólogo. Quanto às remunerações médias implícitas, consolida-se a trajetória ascendente, que, em outubro, se fixou nos 4%.

Figura 2.17. Contratação Coletiva



Fonte: MTSSS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2019				
			3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Taxa de Desemprego*	%	7,0	6,7	6,7	6,8	6,3	6,1	6,6	6,5	6,4	6,5	:
Emprego Total*	VH	2,3	2,1	1,6	1,5	0,9	:	0,3	0,7	1,1	1,1	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	-16,0	-17,5	-16,0	-15,1	-10,3	-11,1	-10,3	-10,1	-10,0	-11,1	-10,2
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-6,1	-7,0	-2,8	-2,7	-6,2	-2,8	-12,1	5,7	-7,6	-5,4	-0,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-8,7	-4,6	-12,0	-9,7	-3,9	2,0	-13,0	14,7	-10,0	1,8	-14,2
Contratação Coletiva	VH	2,2	2,1	2,2	2,2	2,5	:	2,5	2,6	3,7	3,9	4,0
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	3,0	1,3	10,6	2,0	0,5	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,3	2,5	2,2	2,6	2,6	:	-	-	-	-	-

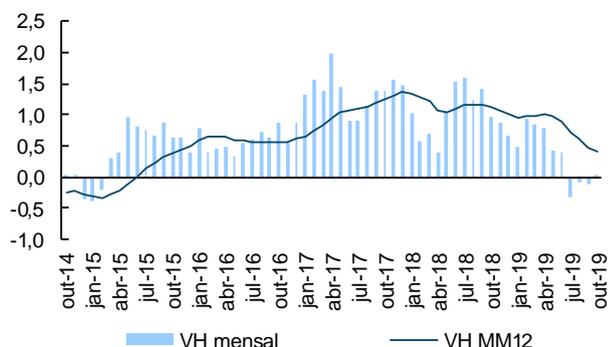
*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Fontes: INE, IEFP, MTSSS e Eurostat

Preços

Em outubro, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) manteve-se em termos homólogos mensais e cresceu 0,5% em termos médios homólogos dos últimos 12 meses.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

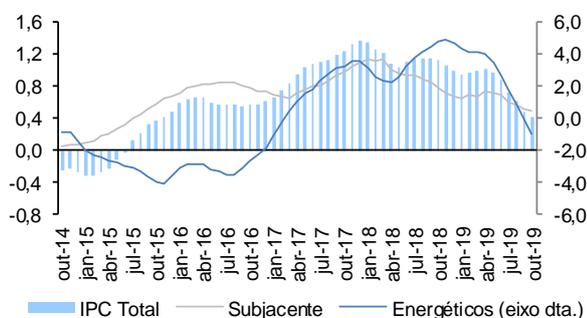


Fonte: INE.

Em igual período, o preço dos Bens registou uma redução de 0,7% (igual em setembro), enquanto o IPC dos Serviços acelerou 1% (0,8% em setembro).

Já o IPC subjacente, que exclui produtos energéticos e alimentares não transformados, cresceu 0,3%, mais 0,1 p.p. do que em setembro, e 0,3 p.p. acima do IPC total. Esta diferença reflete, em grande medida, a dinâmica do IPC dos alimentos não transformados, que cresceram 1,5% em outubro (0,6% em setembro).

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



Fonte: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2018	2019									
			fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	
Índice de Preços no Consumidor	VC	:	-0,2	1,8	0,6	0,1	0,0	-1,3	-0,1	1,1	0,0	
Índice de Preços no Consumidor	VH	1,0	0,9	0,8	0,8	0,4	0,4	-0,3	-0,1	-0,1	0,0	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	:	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,7	0,6	0,5	0,4	
IPC - Bens	VH	0,5	0,5	0,7	0,1	0,0	-0,3	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7	
IPC - Serviços	"	1,7	1,6	1,1	1,8	1,0	1,5	0,3	0,8	0,8	1,0	
IPC Subjacente*	"	0,7	1,0	0,7	0,8	0,5	0,6	-0,1	0,2	0,2	0,3	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	2,7	0,8	1,6	2,0	0,9	-0,1	-0,4	-1,1	-1,8	-2,0	
IHPC	"	1,2	0,9	0,8	0,9	0,3	0,7	-0,7	-0,1	-0,3	-0,1	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,6	-0,6	-0,6	-0,8	-0,9	-0,6	-1,7	-1,1	-1,1	-0,8	

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

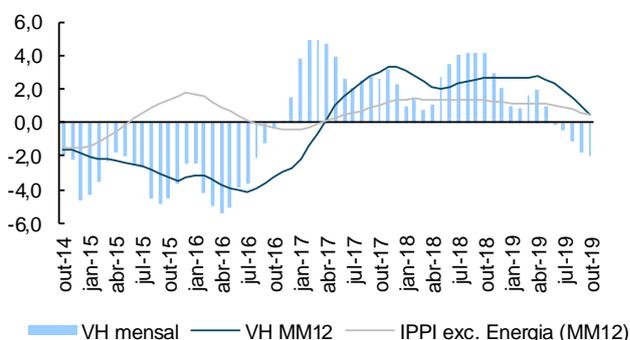
Fontes: INE

Relativamente aos segmentos do IPC, o Comércio foi o que registou a maior queda (-3,8), nomeadamente a classe do vestuário (diminuição de 1,8%). Em sentido contrário, a classe de bebidas alcoólicas e tabaco foi a que registou maior aumento (1,5%).

Em outubro, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de -0,1%, enquanto a zona euro apresentou uma variação de 0,7%, levando a que o diferencial entre as duas diminuísse de -1,1 p.p. em setembro para -0,8 p.p. em outubro.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em outubro de 2018, uma variação homóloga de -2%, reforçando a tendência de quebra mensal ao longo do segundo semestre.

Figura 2.20. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

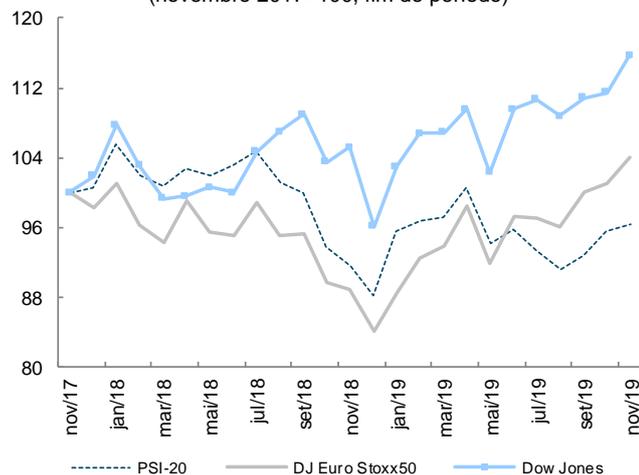
Ao nível das secções industriais, para as quais existem dados disponíveis, as secções da Energia e Eletricidade, Gás e Vapor foram as que mais contribuíram com variações de -6,6% e 10,5%, respetivamente. Na verdade, se excluirmos a secção da Energia, a redução do IPPI teria sido de apenas 0,6%. Já a secção de Bens de Consumo Duradouro foi a que apresentou variação positiva de 0,9%, ainda que menos acentuada que o mês anterior (1,3%).

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em novembro de 2019, os índices bolsistas internacionais continuaram a evoluir favoravelmente, apesar do possível adiamento do acordo comercial entre os EUA e a China.

Assim, a 26 de novembro de 2019 e, face ao final do mês de outubro, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* apreciaram-se em cerca de 4% e 3%, respetivamente.

Figura 2.21. Índices Bolsistas
(novembro 2017=100, fim do período)



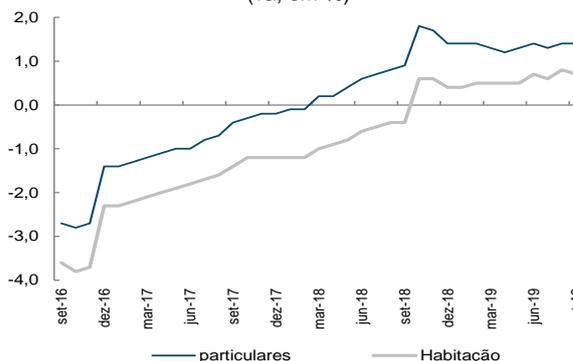
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para novembro, o valor é do dia 26.

O índice PSI-20 também se valorizou, representando um ganho de 8% em termos acumulados, face ao final de 2018.

Em setembro de 2019, a variação anual dos empréstimos aos particulares aumentou para 1,4% (igual ao mês anterior), refletindo uma desaceleração no crédito à habitação compensada por um reforço do consumo e uma melhoria no segmento para outros fins.

Os empréstimos destinados às sociedades não financeiras apresentaram uma variação anual de 1% (igual ao mês anterior), com destaque para uma ligeira melhoria do crédito destinado às empresas exportadoras para 0,2% (0% no mês precedente).

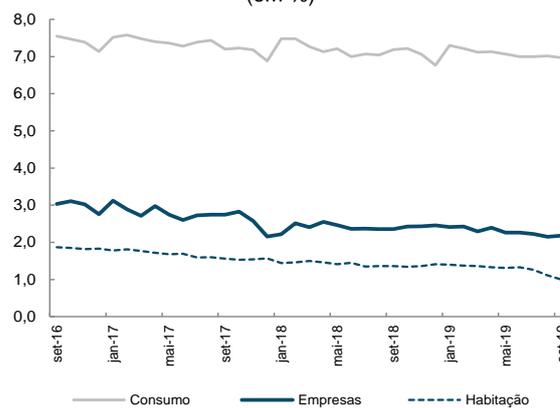
Figura 2.22. Empréstimos a Particulares
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro de novos empréstimos registaram uma diminuição significativa para os particulares em setembro de 2019, com destaque para um recuo significativo para o crédito à habitação. Porém, para as empresas verificou-se um aumento das taxas devido às operações acima de 1 milhão de euros.

Figura 2.23. Taxas de Juro de Novos Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	2018	2019									
			fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	
Yield OT 10 anos PT*	%	1,7	1,5	1,3	1,1	0,8	0,5	0,4	0,1	0,2	0,2	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	148	130	133	111	102	81	79	83	68	57	
PSI20*	VC	-12,2	1,1	0,4	3,5	-6,4	1,9	-2,5	-2,5	1,8	2,9	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	0,6	0,8	0,7	:	
- para consumo	va	9,4	9,0	8,2	7,8	7,7	7,3	7,1	7,1	7,2	:	
Empréstimos a empresas	va	0,3	-0,6	-0,5	-0,2	0,7	1,6	1,3	1,2	:	:	
Taxa de juro de novos empréstimos p/ habitação	%	1,41	1,37	1,36	1,33	1,31	1,33	1,26	1,11	1,00	:	
Taxa de juro de novos empréstimos p/ empresas	%	2,41	2,43	2,29	2,40	2,26	2,27	2,23	2,15	2,18	:	

* Fim de período.

Fontes: IGCP, CMVM e BdP.

Finanças Públicas

Até outubro de 2019, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo positivo de 998 milhões de euros, o que compara com o saldo de 271 milhões de euros do período homólogo. Para o aumento do saldo contribuiu o crescimento de 4,2% da receita efetiva, que mais do que compensou o aumento da despesa efetiva de 3,2%.

A evolução da receita resultou sobretudo do crescimento da *Receita fiscal* (3,3%), assim como das *Contribuições de segurança social* (7%). Do lado da despesa, observou-se uma diminuição dos encargos com *Juros e outros encargos* de 2,8%¹. Em sentido inverso, destaque para o crescimento das *Despesas com Pessoal* (4,7%), da *Aquisição de bens e serviços* (1,5%) e dos *Subsídios* (18%). O saldo primário atingiu 8.562 milhões de euros.

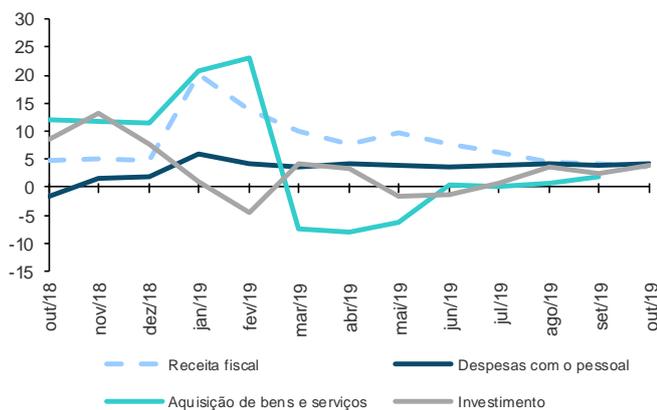
Por subsectores, a Administração Central apresentou um saldo deficitário de 2.625 milhões de euros, a Administração Regional e Local um excedente de 740 milhões de euros e a Segurança Social obteve um saldo de 2.882 milhões de euros.

Administração Central

Até outubro, o saldo orçamental da Administração Central aumentou 177 milhões de euros em termos homólogos, atingindo um défice de 2.625 milhões de euros. O saldo primário registou um excedente de 4.684 milhões de euros.

Esta evolução deve-se a um aumento da *Despesa efetiva* em 3,1%, não totalmente compensado pelo crescimento da *Receita efetiva* de 2,8%. Este comportamento é fundamentalmente justificado pelo aumento da *Receita Fiscal* (3,5%) e, do lado da despesa, pelas *Despesas com o Pessoal* (4,1%), pelo *Investimento* (3,8%) e pelas *Aquisições de bens e serviços* (0,8%). Em sentido inverso, a despesa com *Juros* diminuiu 3%.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Administração Central
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Por subsectores, o subsector Estado registou até outubro um saldo negativo de 3.825 milhões de euros, tendo o saldo primário ascendido a 3.106 milhões de euros.

Quadro 2.8. Receita fiscal do Estado

	2018		2019	
	jan a out		jan a out	
	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Fiscal	35 933	37 260	81,6	3,5
Impostos diretos	15 592	15 636	79,4	0,2
IRS	10 194	10 358	80,3	1,6
IRC	5 040	4 914	77,6	-2,6
Outros	358	363	81,1	0,5
Impostos indiretos	20 341	21 625	83,3	6,0
IVA	13 583	14 468	82,7	6,1
ISP	2 842	3 063	84,1	7,8
Imp. de selo	1 302	1 397	83,0	7,3
Imp. s/ tabaco	1 201	1 291	95,8	7,5
ISV	652	625	77,8	-4,3
IUC	308	337	85,5	9,0
IABA	240	234	79,5	-3,1
Outros	213	209	74,5	-1,5

Fonte: DGO.

Neste subsector destaca-se o crescimento de 3,5% da *Receita fiscal* do Estado. Os impostos diretos cresceram 0,2%, assinalando-se o aumento da receita com IRS de 1,6% e a diminuição da receita com IRC em 2,6% devido, em parte, aos reembolsos de IRC. Por outro lado, os impostos indiretos aumentaram 6%, nomeadamente o IVA aumentou 6,1%, o ISP 7,8%, o Imposto sobre Tabaco 7,5%, o Imposto de Selo 7,3% e o IUC 9%². Em sentido descendente encontram-se o ISV (-4,3%) e o IABA (-3,1%).

Quadro 2.9. Execução Orçamental da Administração Central

	2018		2019		2019			
	jan a out		jan a out		jul	ago	set	out
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	49 387	50 794	80,9	78,3	5,6	3,8	3,6	2,8
Impostos diretos	15 600	15 636	85,4	79,4	3,2	-0,2	0,4	0,2
Impostos indiretos	20 911	22 157	81,7	83,4	8,5	7,7	6,9	6,0
Despesa Efetiva	51 835	53 419	78,1	77,0	0,7	1,8	2,3	3,1
Despesa com pessoal	13 004	13 536	79,8	80,1	3,9	4,1	4,0	4,1
Aquisição bens e serviços	7 260	7 318	76,8	74,9	0,3	0,6	1,9	0,8
Juros	7 538	7 308	92,5	91,0	-8,8	-8,6	-8,3	-3,0
Investimento	1 844	1 913	54,0	50,2	0,6	3,7	2,4	3,8
Saldo Global	-2 448	-2 625	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	5 090	4 684	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Devido, em parte, ao efeito base decorrente de pagamentos efetuados pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e pelo Metro do Porto, S.A. no âmbito do acordo judicial relativo ao *swaps*, e à amortização antecipada da totalidade do valor em dívida do empréstimo ao FMI.

² O comportamento do ISP e do imposto sobre o tabaco foi ainda influenciado pelo alargamento a 2 de janeiro de 2019 do prazo de pagamento de impostos nas tesourarias das finanças.

Relativamente ao subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) este apresentou um saldo de 1.200 milhões de euros, sendo que 78 milhões de euros são contributo do saldo das EPR. O aumento de 1.175 milhões de euros face ao período homólogo é justificado, em parte, pelo crescimento da receita de 5,7%, com destaque para o aumento das *Taxas Multas e Outras Penalidades* de 6,6%.

Por entidades da Administração Central, destacam-se os excedentes da Parública (801 milhões de euros), do IEFP (207 milhões de euros) e do IAPMEI (191 milhões de euros). Adicionalmente, o Metropolitano de Lisboa registou um aumento do saldo de 309 milhões de euros. Pela negativa, encontra-se o SNS e o Parque Escolar com défices de 218 milhões de euros e 27 milhões de euros, respetivamente.

Utilização das Dotações Orçamentais

No terceiro trimestre de 2019 os cativos sobre a despesa registaram um total de 835 milhões de euros, dos quais 304 milhões de euros em receitas gerais, menos 218 milhões de euros que o montante inicial. Adicionalmente, as reservas orçamentais cifraram-se em 215 milhões de euros, uma redução de 205 milhões face ao valor inicial.

Até setembro, de destacar o programa de Planeamento e Infraestruturas com cativos atuais de 138 milhões de euros, seguido da Defesa com especial ênfase para a Defesa Nacional - Forças Armadas cujo valor ascende a 113 milhões de euros. Relativamente à reserva orçamental, destaca-se a redução de cativos no programa de Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar de 119 milhões de euros iniciais para 4 milhões de euros.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS até outubro registou um défice de 560 milhões de euros, o que representa um aumento de aproximadamente 184 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

A receita total aumentou 4,4%, atingindo 8.049 milhões de euros. Para tal contribuiu o crescimento de 4,7% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 7.543 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituem 93,7% do total da receita.

A despesa total aumentou 6,5% em termos homólogos, atingindo 8.609 milhões de euros. Para este crescimento contribuiu o aumento de 8,6% nas *Despesas com pessoal*, das quais as remunerações certas e permanentes aumentaram 6,1% e os abonos variáveis ou eventuais cresceram 21,6%. Adicionalmente verificou-se um crescimento de 5,2% da *Despesa com fornecimento e serviços externos*. Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 8,9% na aquisição de *Produtos Farmacêuticos*, de 5,4% de *Produtos Vendidos em Farmácias* e de 4,5% na despesa com *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica*. Em sentido contrário, a despesa com as *Parcerias público-privadas* diminuiu 3,9%.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Em outubro, o saldo de execução orçamental da CGA foi de 64 milhões de euros, o que representa um aumento de 16 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano transacto. Tal deveu-se à diminuição da despesa efetiva em 0,1%, conjugado com o aumento da receita efetiva em 0,1%. Por outro lado, esta evolução contrasta com a previsão de um saldo negativo de 60 milhões de euros para o conjunto do ano.

No campo da receita, registou-se uma diminuição de 0,5% nas *Quotas e Contribuições para a CGA*, assim como um crescimento de 0,5% das *Transferências do OE*. Para a redução da receita com quotas e contribuições concorre a diminuição de 8.895 subscritores entre janeiro e outubro, o que corresponde a uma redução mensal de 2,4%

Do lado da despesa efetiva, verificou-se uma diminuição da despesa com as *Pensões e Abonos da responsabilidade da CGA* de 0,8%. Para esta evolução contribuiu a redução do número de pensões de velhice em 0,2% no período entre janeiro e outubro do corrente ano.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2018		2019			2018		2019	
	jan a out					jan a out			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Total	7 707	8 049	4,4	79,6	Receita Efetiva	7 829	7 839	0,1	78,2
Receita fiscal	92	89	-2,9	79,0	Contribuições p/ a CGA	3 152	3 139	-0,4	81,0
Outra receita corrente	7 599	7 931	4,4	80,2	Quotas e contribuições	3 069	3 054	-0,5	81,0
<i>Transferências correntes do OE</i>	7 203	7 543	4,7	-	Transferências correntes do OE	4 053	4 075	0,5	76,4
Receita de capital	16	29	83,6	26,1	Complicação do OE	3 813	3 784	-0,8	75,9
Despesa Total	8 083	8 609	6,5	84,4	Compensação por pagamento de pensões	240	291	21,1	78,7
Despesa com pessoal	3 225	3 501	8,6	84,3	Despesa Efetiva	7 781	7 775	-0,1	77,1
Aquisição de bens e serviços	4 682	4 926	5,2	85,6	Pensões	7 617	7 610	-0,1	77,2
Despesa de capital	86	106	22,4	60,6	<i>Pensões e abonos responsabilidade da CGA</i>	6 897	6 841	-0,8	69,9
Saldo Global	- 376	- 560	-	-	Saldo Global	48	64	-	-

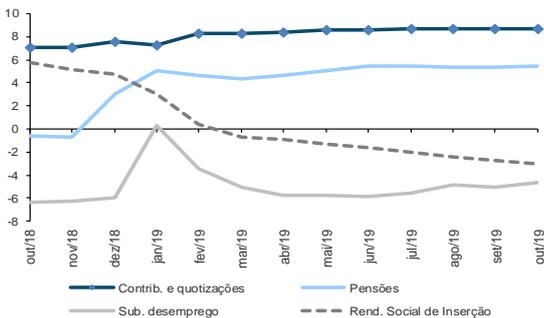
Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Segurança Social

Até outubro, a Segurança Social apresentou um saldo positivo de 2.882 milhões de euros, suportado por um aumento da receita efetiva (8,6%) superior ao crescimento da despesa efetiva (5,7%).

A receita efetiva atingiu 24.235 milhões de euros, apoiada no crescimento homólogo das receitas com *Contribuições e quotizações* (8,7%), para o qual contribuiu a evolução positiva do mercado de trabalho, o aumento do salário mínimo, para além das medidas de combate à fraude, acompanhado pelo aumento das *Transferências Correntes da Administração Central* (8,6%) e do *Fundo Social Europeu* (13,2%).

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



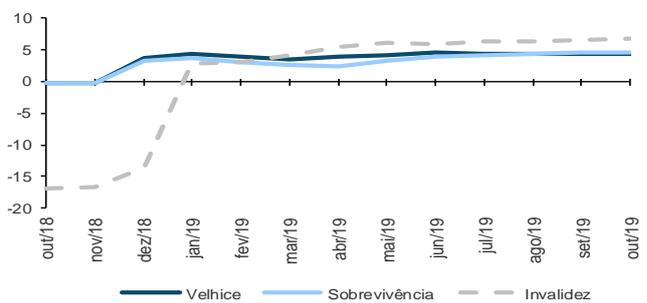
Fonte: DGO.

Dentro das *Transferências Correntes da Administração Central*, de realçar o crescimento de 5,0% das transferências para cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social, bem como as respeitantes ao Adicional ao IMI (115 milhões de euros), as relativas ao IRC (166 milhões de euros) e o IVA Social (712 milhões de euros)¹.

A despesa efetiva fixou-se em 21.353 milhões de euros, que reflete o aumento da despesa com *Pensões* (5,4%), fundamentada quer pelo aumento do número de pensões, quer pela atualização anual ordinária e extraordinárias das pensões em 2018 e 2019, tendo a rubrica *Pensões de Velhice* registado um crescimento de 4,4%. No mesmo sentido, as *Pensões de Sobrevivência* aumentaram 4,7%. Por seu lado a parcela relativa à atualização extraordinária de pensões e complementos atingiu 266 milhões de euros.

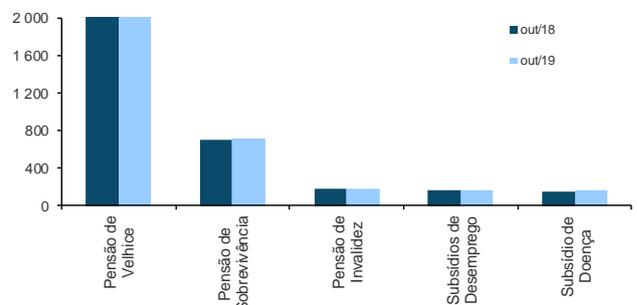
Por outro lado, assistiu-se a uma redução de 4,7% da *Prestação de desemprego*. Adicionalmente, registou-se um aumento das restantes prestações sociais. Entre as prestações com subidas mais significativas encontram-se o *Subsídio Familiar a Crianças e Jovens* (10,2%), a *Prestação Social para a Inclusão* (28,7%) o *Subsídio de Doença* e as *Prestações de Parentalidade* (ambas de 8,3%). Ainda, registou-se um aumento de 11,5% nas *Outras prestações*, designadamente o *Subsídio de Crianças e Jovens com Deficiência – Bonificação* aumentou 8,3%, os *Encargos com doenças profissionais e outras prestações* subiram 34,7% e o *Subsídio de Educação especial* aumentou 5,3%. Em sentido inverso, registam-se as diminuições do *Subsídio por morte* (-2,3%) e do *Subsídio de Funeral* (-7,2%).

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social				
	2018	2019			
	jan a out				
	10 ⁶ euros	VHA		Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	22 316	24 235		8,6	82,2
Contribuições e quotizações	13 704	14 895		8,7	83,8
Transferências correntes da Administração Central *	6 959	7 556		8,6	83,6
Despesa Efetiva	20 194	21 353		5,7	76,8
Pensões	12 940	13 642		5,4	78,5
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1 037	988		-4,7	81,8
Outras Prestações Sociais	3 933	4 223		7,4	80,2
Saldo Global	2 122	2 882		-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

Fonte: DGO.

¹ Adicional ao IMI foi criado no Orçamento de Estado de 2017, Lei nº 42/16 de 28 de dezembro.

Administração Regional

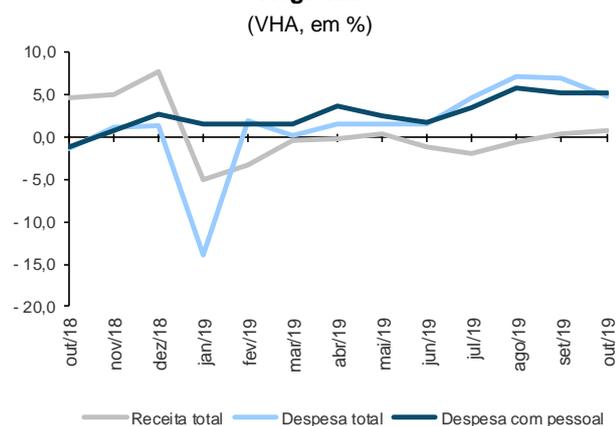
Em outubro, a Administração Regional apresentou um saldo negativo de 50 milhões de euros, o que representa uma redução de 84 milhões de euros em termos homólogos. Para tal contribuiu o aumento da despesa efetiva de 4,9%, não totalmente compensado pelo crescimento da receita efetiva (0,8%).

Por regiões autónomas, a Região Autónoma da Madeira apresentou um défice de 71 milhões de euros, tendo a Região Autónoma dos Açores registado um excedente de 21 milhões de euros.

Para o aumento da despesa efetiva contribuiu, fundamentalmente, o aumento da despesa de *Investimento* em 23,7%, das *Despesas com pessoal* em 5,2% e da despesa com *Juros e outros encargos* em 20,9%.

Do lado da receita, salienta-se a diminuição das *Transferências Correntes* em 3,5%, compensada pelo aumento de 4% da *Receita Fiscal* e de 2,2% das *Transferências de Capital* de 3,2%.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional



Fonte: DGO

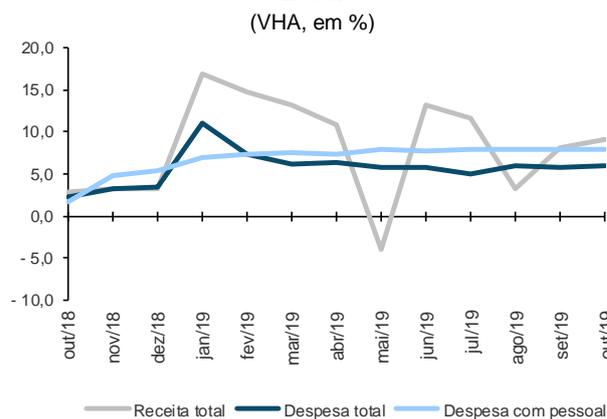
Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local aumentou 227 milhões de euros face ao registado no período homólogo, atingindo 790 milhões de euros. Para tal contribuiu um crescimento da despesa efetiva de 6% inferior em 3 p.p. ao aumento da receita efetiva.

Para este resultado contribuiu o aumento da Receita fiscal em 1%, designadamente da Derrama (20%), do Imposto de Circulação (5%) e do IMT (1,5%) que mais do que compensaram a redução da receita do IMI (-6,6%)¹. Destaca-se, ainda, o aumento da Receita de Capital (80,3%) devido, em parte, à venda de terrenos da Câmara Municipal de Lisboa. Adicionalmente, registou-se um crescimento das *Transferências Correntes* (3,2%) e *Transferências de Capital* (36,4%).

O crescimento da despesa assenta no aumento dos encargos com *Despesas com Pessoal* (8%), com *Aquisição de bens e serviços* (4,9%), e com *Aquisição de bens de capital* (8,4%). A contrapor, registou-se uma redução da despesa com *Juros e outros encargos* de 48,6%².

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2018	2019	VHA (%)	2018	2019	VHA (%)
	jan a out			jan a out		
	10 ⁹ euros			10 ⁹ euros		
Receita Total	2 134	2 152	0,8	6 358	6 931	9,0
Impostos	1 247	1 296	4,0	2 524	2 550	1,0
Transferências correntes	460	444	-3,5	2 178	2 247	3,2
Transferências de capital	262	271	3,2	396	540	36,4
Despesa Total	2 100	2 202	4,9	5 794	6 141	6,0
Pessoal	838	881	5,2	1 919	2 072	8,0
Aquisição de bens e serviços	542	529	-2,3	1 729	1 814	4,9
Juros e outros encargos	214	258	20,9	75	39	-48,6
Transferências correntes	163	169	3,8	547	603	10,3
Investimento	109	134	23,7	1 040	1 128	8,4
Transferências de capital	191	175	-8,4	166	238	43,3
Saldo Global	34	- 50	-	564	790	-

Fonte: DGO

¹ Em 2019, o IMI sofreu alterações: 1) o prazo de pagamento da primeira prestação passou a ser até dia 31 de maio (30 de abril nos anos anteriores), o da segunda até 31 de agosto (31 de julho nos anos anteriores), tendo-se mantido o prazo da terceira prestação em novembro e 2) foi reduzido o montante mínimo para pagamento em prestações, passando esse limite a ser superior a 100 euros, quando no ano anterior era 250 euros.

² Efeito base dos pagamentos extraordinários efetuados pela Câmara Municipal de Lisboa em 2018 de juros de mora relativos a decisões judiciais.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

No terceiro trimestre, a dívida das Administrações Públicas atingiu 252.296 milhões de euros, o que representa um aumento mensal de 231 milhões de euros e de 3.153 milhões de euros face ao final de 2018. Estima-se que tal montante corresponda a um rácio de 120,6% do PIB, o que representa uma diminuição de 1,6 p.p. face ao final de 2018¹. Por último, os depósitos das AP fixaram-se em 19.913 milhões de euros.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2018 dez	2019 ago	2019 set
Administrações Públicas	249 143	252 065	252 296
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	255 680	258 325	258 599
Administração Regional e Local	10 152	10 238	10 142
Segurança Social	2	1	1
Consolidação entre subsectores	16 691	16 499	16 445
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	12 239	13 214	14 455
Depósitos das Administrações Públicas	16 624	18 943	19 913

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1.896 milhões de euros em outubro, menos 156 milhões de euros em termos homólogos. Para tal contribuiu a diminuição da dívida não financeira da Administração Regional e Local (menos 113 milhões de euros e menos 50 milhões de euros, respetivamente). Em contrapartida, a dívida não financeira da Administração Central aumentou 7 milhões de euros. Em termos mensais, registou-se uma redução de 75 milhões de euros.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP²
(milhões de euros)

	out/18	set/19	out/19
Administrações Públicas	2 051	1 971	1 896
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	677	724	684
Administração Regional	252	162	139
Administração Local	1 123	1 084	1 073
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) atingiram 966 milhões de euros em outubro, ou seja, menos 146 milhões de euros em termos homólogos e mais 77 milhões que no mês anterior. Para a evolução homóloga contribuiu a redução dos pagamentos em atraso verificado nos Hospitais EPE (-116 milhões de euros) e na Administração Local (-41 milhões de euros).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	out/18	set/19	out/19
Administrações Públicas	1 113	888	966
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	28	27	27
SNS	3	5	5
Hospitais EPE	851	652	735
Empresas Públicas Reclassificadas	12	18	18
Administração Local	107	69	67
Administração Regional	112	117	114
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	1 114	888	967

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em outubro, a dívida direta do Estado atingiu 246.658 milhões de euros (246.002 milhões de euros após cobertura cambial), verificando-se uma diminuição de 726 milhões de euros em termos homólogos. Para tal, contribuiu a redução dos empréstimos no âmbito do PAEF (6.717 milhões de euros), como resultado do reembolso antecipado ao FEEF e ao FMI, que mais do que superou o aumento da posição de OT (5.843 milhões de euros) e de Certificados de Aforro e do Tesouro (736 milhões de euros).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/out/18	2019 out			31/out/19
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	152 918	40 173	31 290	-1 963	157 862
<i>da qual:</i> Bilhetes do Tesouro	14 550	16 670	16 515	0	13 428
<i>da qual:</i> Obrigações Tesouro	124 075	23 244	14 689	-2 101	129 917
Não Transacionável	38 121	22 489	21 178	0	39 168
<i>da qual:</i> Cert.Aforro e do Tesouro	28 241	4 850	4 005	0	28 977
<i>da qual:</i> CEDIC e CEDIM	5 707	16 265	16 090	0	5 882
Prog. de Ajustamento Económico	56 345	0	6 684	28	49 628
Total	247 384	62 662	59 152	-1 935	246 658
Dívida total após cobertura cambial	246 455	-	-	-	246 002

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 13 de novembro, a República Portuguesa emitiu uma OT a 10 anos, tendo colocado 970 milhões de euros na fase competitiva a uma taxa de 0,333%. Na anterior emissão a 10 anos a taxa de colocação foi de 0,264%.

Também se realizou uma oferta de troca de OT no dia 27 de novembro, no qual o IGCP recomprou 532 milhões de euros da OT com maturidade em 2021, por contrapartida das OT a 9 e a 15 anos no montante de 360 milhões de euros e de 172 milhões de euros, respetivamente.

Por último, note-se que a agência de notação de risco *Fitch Ratings* confirmou o *rating* da República Portuguesa em BBB com perspetiva positiva.

¹ Com base na previsão do PIB em termos nominais publicado pelo INE no dia 29 de novembro.

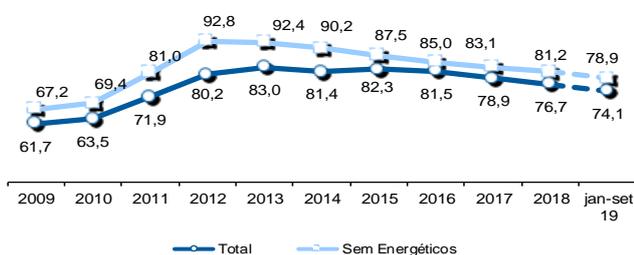
² Conceito de dívida não financeira no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro de 2012).

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros nove meses de 2019, as exportações de mercadorias cresceram 2,5%, em termos homólogos, com as importações a aumentarem 7,9% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 27,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 4,3% e as importações 9% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a setembro			VH	
	2018	2019	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	43 468	44 551	2,5	1,2	2,2
Importações (cif)	55 732	60 154	7,9	6,3	8,0
Saldo (fob-cif)	-12 264	-15 603	27,2	22,9	28,2
Cobertura (fob/cif)	78,0	74,1	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	40 250	41 990	4,3	3,6	4,1
Importações (cif)	48 820	53 206	9,0	8,1	9,1
Saldo (fob-cif)	-8 569	-11 217	30,9	27,7	33,0
Cobertura (fob/cif)	82,4	78,9	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	10 398	10 266	-1,3	-2,3	-2,9
Importações (cif)	13 821	14 377	4,0	-3,2	5,0
Saldo (fob-cif)	-3 423	-4 110	20,1	-5,4	33,6
Cobertura (fob/cif)	75,2	71,4	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros nove meses de 2019, as exportações representaram 74,1% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 3,9 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 78,9% das importações (menos 3,5 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de setembro

janeiro a setembro	Valores em milhões de Euros		
	2018	2019	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	43 468	44 551	2,5
Importações (cif)	55 732	60 154	7,9
Saldo (fob-cif)	- 12 264	- 15 603	27,2
Cobertura (fob/cif)	78,0	74,1	-
Intra UE			
Exportações (fob)	33 070	34 285	3,7
Importações (cif)	41 912	45 778	9,2
Saldo (fob-cif)	- 8 842	- 11 493	30,0
Cobertura (fob/cif)	78,9	74,9	-
Extra UE			
Exportações (fob)	10 398	10 266	-1,3
Importações (cif)	13 821	14 377	4,0
Saldo (fob-cif)	- 3 423	- 4 110	20,1
Cobertura (fob/cif)	75,2	71,4	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros nove meses de 2019, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 30% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 3,7% e as importações a aumentarem 9,2%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 20,1% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2018	2019	TVH	2018	2019	TVH
jan	6 032	6 850	13,6	4 755	4 972	4,6
fev	5 646	6 244	10,6	4 587	4 867	6,1
mar	6 305	6 918	9,7	4 929	5 182	5,1
abr	6 184	6 791	9,8	4 841	4 988	3,0
mai	6 338	7 233	14,1	5 166	5 603	8,5
jun	6 906	6 641	-3,8	5 167	4 745	-8,2
jul	6 608	7 231	9,4	5 310	5 388	1,5
ago	5 743	5 484	-4,5	4 026	3 847	-4,5
set	5 971	6 762	13,2	4 688	4 960	5,8
out	6 799			5 159		
nov	6 893			4 829		
dez	5 940			4 350		
1º Trim	17 983	20 013	11,3	14 270	15 021	5,3
2º Trim	19 427	20 664	6,4	15 173	15 336	1,1
3º Trim	18 322	19 477	6,3	14 024	14 195	1,2
4º Trim	19 632			14 339		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº11/2019").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de setembro de 2019 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2018). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros nove meses de 2019, as exportações de mercadorias cresceram 2,5%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 4,3%.

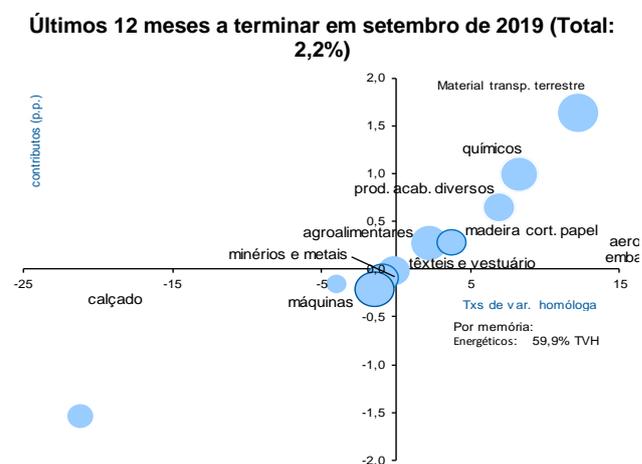
Entre janeiro e setembro de 2019, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,8 p.p.), seguido do contributo dos “Químicos” (0,9 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (0,7 p.p.). O “Material de transporte terrestre e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,1%). Seguem-se as “Máquinas e aparelhos e suas partes” (13,8%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em setembro de 2019.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (2,2%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Material de transporte terrestre e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (1,6 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Químicos” e dos “Produtos acabados diversos” (1 p.p. e 0,6 p.p., respetivamente).

De referir, ainda, os contributos das “Aeronaves, embarcações e suas partes”, “Madeira, cortiça e papel” e “Agroalimentares”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 0,4 p.p., 0,3 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-set		Anual		jan-set		últimos 12 meses ^[1]		jan-set	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	43 468	44 551	100,0	100,0	100,0	100,0	2,2	2,2	2,5	2,5
Agro-alimentares	5 182	5 308	11,8	12,3	11,9	11,9	2,2	0,3	2,4	0,3
Energéticos	3 217	2 562	10,4	6,8	7,4	5,8	-21,2	-15	-20,4	-15
Químicos	5 263	5 670	12,6	12,3	12,1	12,7	8,3	1,0	7,7	0,9
Madeira, cortiça e papel	3 287	3 369	8,1	7,6	7,6	7,6	3,7	0,3	2,5	0,2
Têxteis, vestuário e seus acessórios	4 037	4 009	9,2	9,3	9,3	9,0	-0,1	0,0	-0,7	-0,1
Calçado, peles e couros	1 745	1 669	4,2	3,9	4,0	3,7	-4,0	-0,2	-4,4	-0,2
Minérios e metais	4 262	4 219	10,4	9,8	9,8	9,5	-0,9	-0,1	-1,0	-0,1
Máquinas e aparelhos e suas partes	6 199	6 138	14,7	14,3	14,3	13,8	-1,5	-0,2	-1,0	-0,1
Material de transp. terrestre e suas partes	5 943	6 742	10,1	13,6	13,7	15,1	12,2	1,6	13,4	1,8
Aeronaves, embarcações e suas partes	271	519	0,5	0,7	0,6	1,2	59,9	0,4	91,6	0,6
Produtos acabados diversos	4 062	4 345	8,0	9,5	9,3	9,8	6,9	0,6	7,0	0,7
Por memória:										
Total sem energéticos	40 250	41 990	89,6	93,2	92,6	94,2	4,1	3,8	4,3	4,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2019.

[2] (out 18-set 19)/(out 17-set 18) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

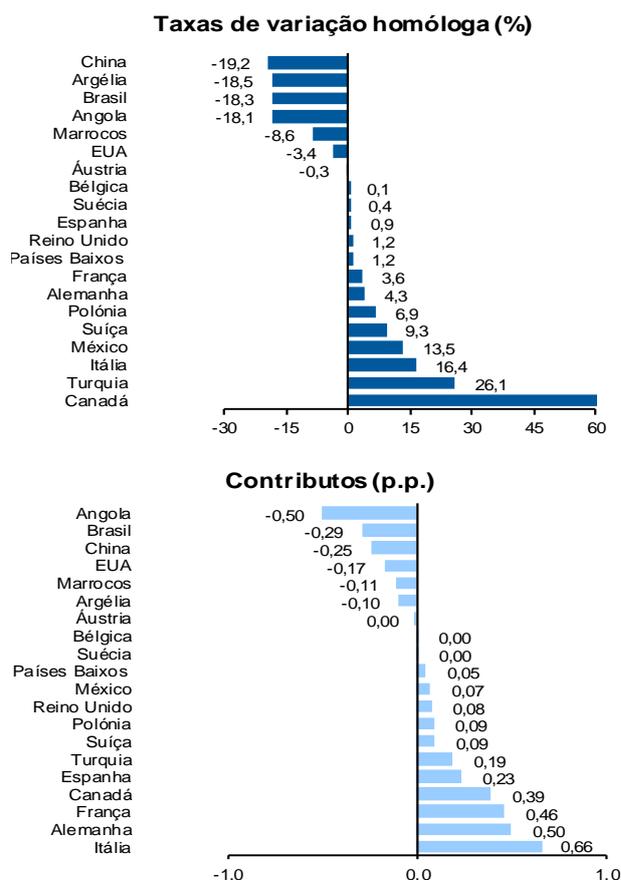
Nos primeiros nove meses de 2019, as exportações para a UE cresceram 3,7%, em termos homólogos. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 3,5% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 6,5%. As exportações para países terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 1,3% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para França e Alemanha (ambas com 0,7 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para Itália (0,5 p.p.).

No último ano a terminar em setembro de 2019, as exportações para os países Intra UE cresceram 3,9%, em termos homólogos. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 3,6%. As exportações para Itália (0,7 p.p.), França e Alemanha (ambas 0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para o Canadá (69,8%), Turquia (26,1%) e México (13,5%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à China (19,2%), Argélia (18,5%), Brasil (18,3%) e Angola (18,1%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2019



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-set		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-set		12 meses ^[1]		jan-set	
	2018	2019	2013	2018	2018	2019	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	43 468	44 551	100,0	100,0	100,0	100,0	2,2	2,2	2,5	2,5
Intra UE	33 070	34 285	70,3	76,1	76,1	77,0	3,9	2,9	3,7	2,8
dos quais:										
UE-15	31 061	32 145	67,1	71,5	71,5	72,2	3,6	2,5	3,5	2,5
Espanha	11012	11007	23,6	25,4	25,3	24,7	0,9	0,2	0,0	0,0
França	5 534	5 819	11,6	12,7	12,7	13,1	3,6	0,5	5,1	0,7
Alemanha	5 103	5 408	11,6	11,5	11,7	12,1	4,3	0,5	6,0	0,7
Reino Unido	2 712	2 707	5,5	6,3	6,2	6,1	1,2	0,1	-0,2	0,0
Itália	1 787	2 026	3,3	4,3	4,1	4,5	16,4	0,7	13,4	0,5
Países Baixos	1 684	1 762	4,0	3,8	3,9	4,0	1,2	0,0	4,6	0,2
Bélgica	1 023	1 043	2,8	2,3	2,4	2,3	0,1	0,0	1,9	0,0
Suécia	434	428	0,9	1,0	1,0	1,0	0,4	0,0	-1,6	0,0
Áustria	406	404	0,5	0,9	0,9	0,9	-0,3	0,0	-0,6	0,0
Alargamento	2 009	2 140	3,2	4,6	4,6	4,8	8,7	0,4	6,5	0,3
Polónia	579	603	0,9	1,3	1,3	1,4	6,9	0,1	4,1	0,1
Extra UE	10 398	10 266	29,7	23,9	23,9	23,0	-2,9	-0,7	-1,3	-0,3
dos quais:										
EUA	2 255	2 232	4,2	5,0	5,2	5,0	-3,4	-0,2	-1,0	-0,1
Angola	119	903	6,6	2,6	2,6	2,0	-18,1	-0,5	-19,3	-0,5
Brasil	589	532	1,6	1,4	1,4	1,2	-18,3	-0,3	-9,7	-0,1
Marrocos	538	498	1,5	1,2	1,2	1,1	-8,6	-0,1	-7,4	-0,1
China	512	450	1,4	1,1	1,2	1,0	-19,2	-0,2	-12,3	-0,1
Suíça	432	484	0,9	1,0	1,0	1,1	9,3	0,1	12,1	0,1
Turquia	320	404	0,8	0,8	0,7	0,9	26,1	0,2	26,2	0,2
Canadá	247	452	0,5	0,6	0,6	1,0	69,8	0,4	83,1	0,5
México	220	246	0,4	0,6	0,5	0,6	13,5	0,1	11,4	0,1
Argélia	207	173	1,1	0,5	0,5	0,4	-18,5	-0,1	-16,6	-0,1
Por memória:										
OPEP ^[4]	1626	1403	9,1	3,8	3,7	3,1	-14,1	-0,6	-13,7	-0,5
PALOP	1552	1365	8,0	3,6	3,6	3,1	-11,2	-0,4	-12,0	-0,4
EFTA	574	643	1,1	1,3	1,3	1,4	9,8	0,1	11,9	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2018.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2019.

[2] $(\text{out } 18\text{-set } 19) / (\text{out } 17\text{-set } 18) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a setembro de 2019, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 7,9% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Aeronaves, embarcações e suas partes” (3,1 p.p.), “Máquinas, aparelhos e suas partes” (1,7 p.p.), “Químicos” (1,1 p.p.) e “Material de transporte terrestre e suas partes” (0,8 p.p.) para o crescimento das importações nos primeiros nove meses de 2019.

Com impacto menor, de referir ainda os “Agroalimentares” e os “produtos acabados e diversos”, ambos com 0,4 p.p..

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,1%).

Nos primeiros nove meses de 2019, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 9,2%, em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 8,8% e as provenientes dos países do Alargamento 17,5%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 4,0%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,7% do total). Seguem-se os EUA (1,9%) e a Rússia (1,7%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-set		Anual		jan-set		12 meses ^[1]		jan-set	
	2018	2019	2013	2018	2018	2019	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	55 732	60 154	100,0	100,0	100,0	100,0	8,0	8,0	7,9	7,9
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	8 229	8 467	15,9	14,7	14,8	14,1	3,3	0,5	2,9	0,4
Energéticos	6 913	6 948	19,6	12,0	12,4	11,6	-0,4	-0,1	0,5	0,1
Químicos	9 062	9 685	16,1	16,2	16,3	16,1	8,0	1,3	6,9	1,1
Madeira, cortiça e papel	1 761	1 788	3,2	3,2	3,2	3,0	3,1	0,1	1,5	0,0
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	3 236	3 341	5,9	5,8	5,8	5,6	4,0	0,2	3,2	0,2
Calçado, peles e couros	1 249	1 237	2,3	2,2	2,2	2,1	-0,5	0,0	-0,9	0,0
Minérios e metais	4 874	4 932	8,2	8,6	8,7	8,2	2,6	0,2	1,2	0,1
Máquinas e aparelhos e suas partes	9 660	10 597	14,8	17,8	17,3	17,6	10,5	1,8	9,7	1,7
Material de transp. terrestre e suas partes	6 900	7 351	8,2	12,3	12,4	12,2	6,2	0,8	6,5	0,8
Aeronaves, embarcações e suas partes	581	2 326	0,7	1,3	1,0	3,9	263,4	2,7	300,6	3,1
Produtos acabados diversos	3 267	3 483	5,2	6,0	5,9	5,8	7,1	0,4	6,6	0,4
Total sem energéticos	48 820	53 206	80,4	88,0	87,6	88,4	9,1	8,0	9,0	7,9
Mercados de origem										
Intra UE	41 912	45 778	72,0	75,8	75,2	76,1	8,9	6,8	9,2	6,9
dos quais:										
UE-15	39 848	43 352	69,4	72,1	71,5	72,1	8,7	6,2	8,8	6,3
Espanha	17 376	18 044	32,3	31,4	31,2	30,0	4,1	1,3	3,8	1,2
Alemanha	7 634	8 020	11,4	13,8	13,7	13,3	6,2	0,8	5,1	0,7
França	4 158	6 037	6,7	7,6	7,5	10,0	39,4	2,9	45,2	3,4
Itália	2 975	3 013	5,1	5,4	5,3	5,0	3,1	0,2	1,3	0,1
Países Baixos	2 959	2 941	5,0	5,3	5,3	4,9	0,1	0,0	-0,6	0,0
Bélgica	1 611	1 842	2,5	2,9	2,9	3,1	14,9	0,4	14,4	0,4
Reino Unido	1 373	1 583	2,9	2,5	2,5	2,6	13,7	0,3	15,3	0,4
Polónia	654	784	0,8	1,2	1,2	1,3	17,6	0,2	19,8	0,2
Suécia	523	511	1,0	0,9	0,9	0,9	2,5	0,0	-2,1	0,0
Alargamento	2 064	2 426	2,7	3,7	3,7	4,0	14,2	0,5	17,5	0,6
Extra UE	13 821	14 377	28,0	24,2	24,8	23,9	5,0	1,2	4,0	1,0
dos quais:										
China	1 737	2 251	2,4	3,1	3,1	3,7	28,1	0,8	29,6	0,9
EUA	972	1 134	1,5	1,9	1,7	1,9	29,5	0,5	16,7	0,3
Rússia	943	1 010	1,8	1,7	1,7	1,7	3,5	0,1	7,1	0,1
Brasil	780	734	1,5	1,3	1,4	1,2	-8,1	-0,1	-6,0	-0,1
Angola	680	878	4,6	1,2	1,2	1,5	42,1	0,5	29,2	0,4
Turquia	639	724	0,9	1,2	1,1	1,2	21,1	0,2	13,3	0,2
Cazaquistão	701	211	1,0	1,0	1,3	0,4	-67,5	-0,8	-69,8	-0,9
Azerbaijão	679	548	0,8	1,0	1,2	0,9	-26,5	-0,3	-19,3	-0,2
Arábia Saudita	568	659	1,2	0,9	1,0	1,1	13,1	0,1	16,0	0,2
Índia	494	594	0,7	0,9	0,9	1,0	17,4	0,2	20,2	0,2
Nigéria	351	622	1,3	0,7	0,6	1,0	109,4	0,5	77,1	0,5
Coreia do Sul	350	363	0,4	0,7	0,6	0,6	12,2	0,1	3,5	0,0
Guiné Equatorial	357	176	0,3	0,6	0,6	0,3	-40,1	-0,3	-50,6	-0,3
OPEP ^[4]	2 489	3 108	9,0	4,4	4,5	5,2	27,2	1,1	24,9	1,1
EFTA	357	308	0,7	0,6	0,6	0,5	-4,2	0,0	-13,8	-0,1
PALOP	717	913	4,7	1,3	1,3	1,5	39,5	0,5	27,3	0,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2018.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2019.

[2] $(\text{out } 18\text{-set } 19) / (\text{out } 17\text{-set } 18) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período do homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

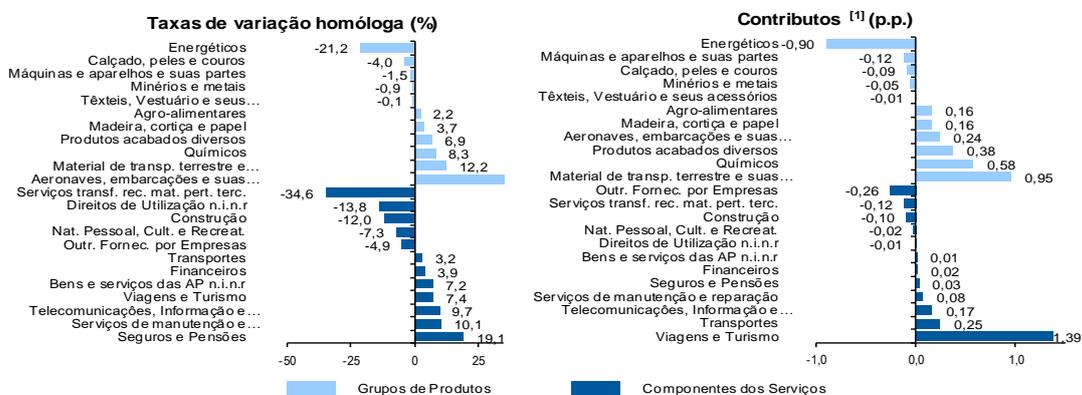
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de setembro de 2019, nos primeiros nove meses de 2019, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 2,5%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (1,1 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros nove meses de 2019, a componente dos Serviços representou 37,7% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (1,5 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 19% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (6,7%) em 2,1 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em setembro de 2019, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (0,95 p.p.) e dos “Químicos” (0,58 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se o contributo das rubricas de Viagens e Turismo (1,39 p.p.) e Transportes (0,25 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em setembro de 2019



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (2,7%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros											
	jan-set		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos					
	2018	2019	Anual		jan-set		média anual	12 meses [1]		jan-set		
		2018	2019	2018	2019	2018	2019	13-18	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)												
Bens e Serviços	68 337	70 079	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	5,6	2,7	2,7	2,5	2,5
Bens	42 889	43 629	67,9	63,4	62,8	62,3	4,2	2,0	1,3	1,7	1,7	1,1
Serviços	25 448	26 450	32,1	36,6	37,2	37,7	8,4	3,9	1,4	3,9	1,5	1,5
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	211	127	0,6	0,3	0,3	0,2	-7,4	-34,6	-0,1	-39,6	-0,1	-0,1
Serv. de manutenção e reparação	499	520	0,7	0,8	0,7	0,7	7,7	10,1	0,1	4,5	0,0	0,0
Transportes	5 288	5 454	8,1	7,9	7,7	7,8	5,0	3,2	0,2	3,1	0,2	0,2
Viagens e Turismo	13 563	14 619	13,4	13,7	13,8	13,9	13,0	7,4	1,4	7,8	1,5	1,5
Construção	521	473	0,9	0,8	0,8	0,7	1,6	-12,0	-0,1	-9,1	-0,1	-0,1
Seguros e Pensões	113	135	0,1	0,2	0,2	0,2	8,9	19,1	0,0	18,9	0,0	0,0
Financeiros	281	291	0,5	0,4	0,4	0,4	1,2	3,9	0,0	3,6	0,0	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	79	63	0,0	0,1	0,1	0,1	23,9	-13,8	0,0	-20,4	0,0	0,0
Telecom., Informação e Informática	174	1204	1,4	1,9	1,7	1,7	11,6	9,7	0,2	2,6	0,0	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	3 417	3 266	5,4	5,1	5,0	4,7	4,2	-4,9	-0,3	-4,4	-0,2	-0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	201	188	0,4	0,3	0,3	0,3	-2,7	-7,3	0,0	-6,7	0,0	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	102	110	0,3	0,2	0,1	0,2	-10,1	7,2	0,0	8,4	0,0	0,0
DÉBITO (Importações Fob)												
Bens e Serviços	65 278	69 639	100,0	100,0	100,0	100,0	6,2	7,2	7,2	6,7	6,7	6,7
Bens	53 446	56 425	83,4	81,8	81,9	81,0	5,8	6,1	5,0	5,6	4,6	4,6
Serviços	11 832	13 214	16,6	18,2	18,1	19,0	8,1	12,2	2,2	11,7	2,1	2,1
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	9	37	0,1	0,0	0,0	0,1	-22,3	204,8	0,0	294,4	0,0	0,0
Serv. de manutenção e reparação	343	346	0,4	0,5	0,5	0,5	13,3	-10,0	0,0	0,8	0,0	0,0
Transportes	2 987	3 182	4,9	4,6	4,6	4,6	4,9	7,7	0,4	6,5	0,3	0,3
Viagens e Turismo	3 559	4 185	4,5	5,3	5,5	6,0	9,7	16,7	0,9	17,6	1,0	1,0
Construção	91	142	0,2	0,1	0,1	0,2	-0,2	30,5	0,0	55,9	0,1	0,1
Seguros e Pensões	318	344	0,4	0,5	0,5	0,5	7,7	7,6	0,0	8,4	0,0	0,0
Financeiros	355	409	0,8	0,5	0,5	0,6	-10	12,5	0,1	15,2	0,1	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	538	517	0,6	0,8	0,8	0,7	13,1	-6,9	-0,1	-4,1	0,0	0,0
Telecom., Informação e Informática	723	702	1,2	1,1	1,1	1,0	4,7	7,2	0,1	-2,9	0,0	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 663	3 097	2,9	4,3	4,1	4,4	15,1	18,2	0,8	16,3	0,7	0,7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	186	190	0,6	0,3	0,3	0,3	-9,6	2,7	0,0	2,1	0,0	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	59	63	0,1	0,1	0,1	0,1	3,6	3,8	0,0	6,9	0,0	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até setembro de 2019.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Public administration and modernization - an overview on the most relevant indicators for Portugal

Flora Marchioro and Pedro Tavares de Sousa ¹

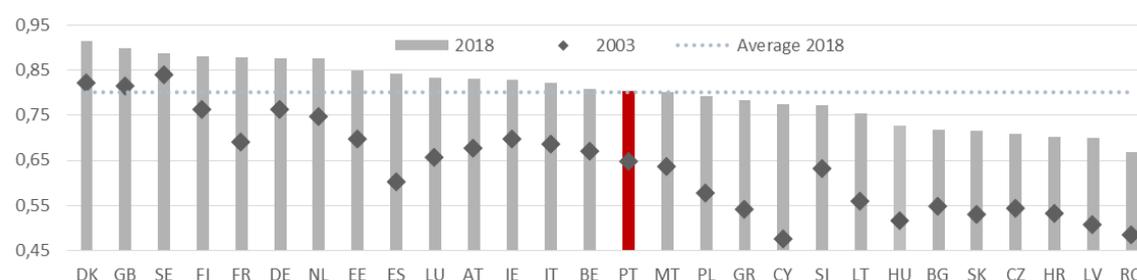
1. Introduction

Provision of information and services has high costs for public authorities (P.A.) thus it is important to assess the efficiency of its relationship with the private sector. Also, complying with P.A.'s requirements brings costs upon citizens and firms. Modernization of P.A. may introduce gains in efficiency on both sides.

The following report presents five indicators illustrating the performance of the Portuguese PA in the integration of technology in its procedures, the ease of its mechanisms and its overall efficiency. The purpose is to outline in which aspects the government could provide better, easier and faster access to information and services.

2. Government & People

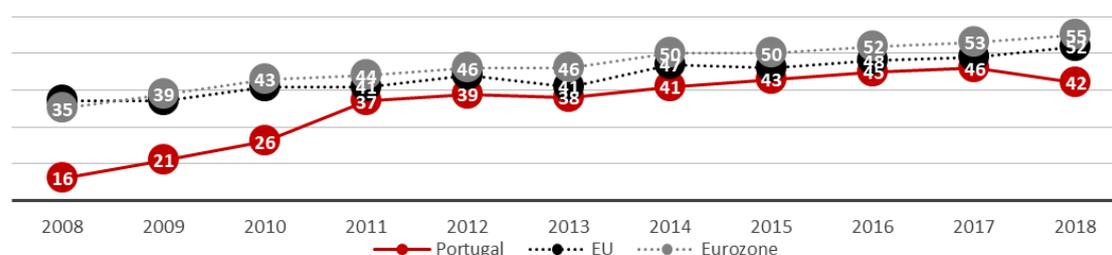
a. Evolution of E-Government - Scale from 0 (low performance) to 1



Source: United Nations - <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/Data-Center>

From 2003 onwards, Portugal converged to a higher usage of information technologies which led to an increase of the evolution of e-government index of 38% from 2010 until 2018, with Portugal's position in the EU ranking of best e-government practices rising from the 22th to the 15th place. Based on the three UN indicators of e-development (*Online Service Index*, *Telecommunication Infrastructure Index* and *Human Capital Index*), Portugal's major strength has mainly been the scope and quality of online services (*OSI*), standing 37 p.p. above world average, while the country performs in line with the countries average with respect to the two remaining indexes.

b. Internet use: individuals using internet for interacting with public authorities - percentage of citizens



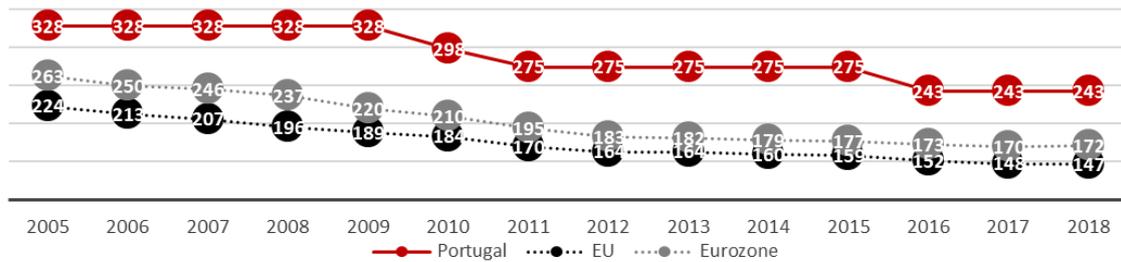
Source: Eurostat - http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=isoc_r_gov_i&lang=en

¹ This work was developed within a partnership between GPEARI and Nova Economic Club (NEC), NEC students developed the analysis presented with the guidance of GPEARI. The opinions expressed are those of the authors and not necessarily of the institutions. Any errors or omissions are the authors' responsibility.

Despite the variability of EU and Eurozone averages in the percentage of citizens interacting online with public authorities, Portugal experienced a relatively stable convergence to such averages in the decade after 2008. Nonetheless, even though the quality of Portuguese web-sites has improved steadily since 2010, as previously seen, the percentage of Portuguese citizens interacting via internet has decreased 4 percentage points in 2018 compared to the previous year.

3. Government & Business

a. Time to prepare and pay taxes - Hours per year

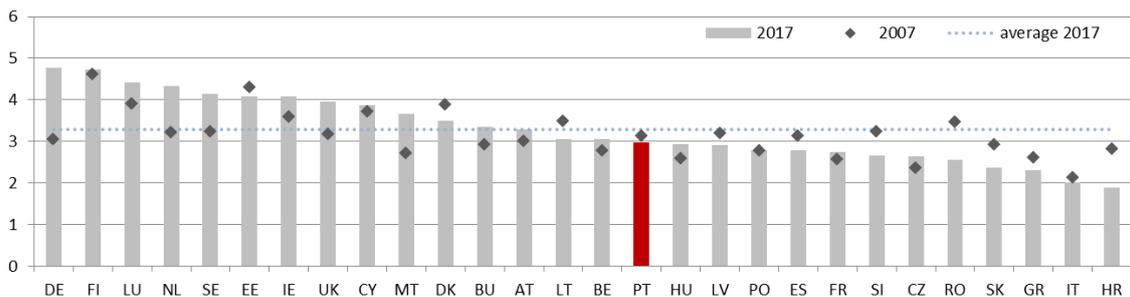


Source: World Bank - <https://data.worldbank.org/indicator/IC.TAX.DURS?view=chart>

Portugal has since 2009 decreased its average amount of hours required to prepare and pay taxes (i.e. corporate income taxes, value added or sales taxes, and labour taxes). As the report “Doing Business” in 2017 states, “Portugal made paying taxes easier [...] by using better accounting software and enhancing the online filing system of taxes”.

The country stands above the average in the hours required to pay labour taxes, being the relatively easiness of paying such taxes the main driver of the Portuguese convergence. Yet, as of 2018, Portugal is overall the 6th worst country in the European Union, still at a significantly higher amount of hours than the EU and Eurozone averages, and only slightly converging to these.

b. Burden of government regulation - Scale from 7 (low burden) to 1 (high burden)

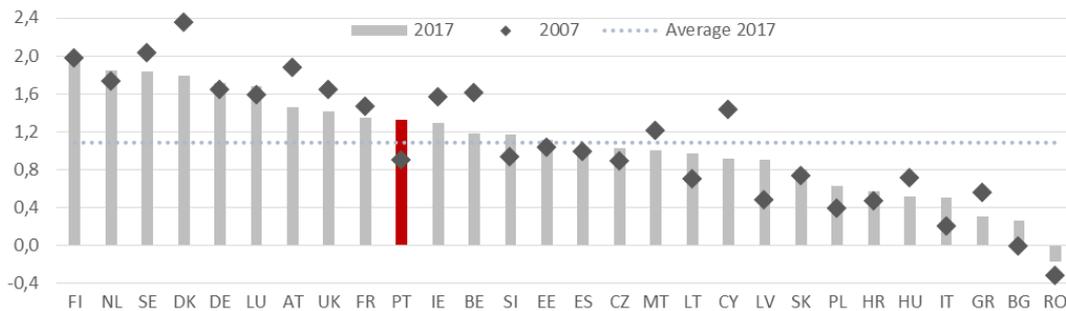


Source: World Economic Forum - http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index-2017-2018/?doing_wp_cron=1568125080.3522310256958007812500

Between 2007 and 2017, Portugal slightly increased the burden of regulation supported by businesses, from 3.13 to 2.97, i.e. it was tougher for businesses to comply with Portuguese governmental administrative requirements in 2017 than in 2007. This performance mostly reflects the increase in the burden observed until 2011, (with the indicator going from 3.13 to 2.49). From 2011 onwards, the burden of regulation has decrease (from 2.49 to 2.97 between 2011 and 2017). The improvements may be a results of structural reforms implemented to steadily decrease these costs. Despite the efforts, there is still margin for improvements, as Portugal ranks in the 16th position.

4. Government Performance

a. Government effectiveness - Scale from 2.5 (very efficient) to -2.5 (very inefficient)



Source: World Bank - <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>

Portuguese citizens' perception on public services quality and its degree of independence of political pressures was smoothly fluctuating across the last 15 years. However, with respect to 2007, the country improved 47% on Government Effectiveness perception. Proving this to be a very impressive trend are other European countries trends'. Notice that Portugal was one of the very few countries, now above average, which significantly increased its efficiency perception.

5. Concluding Remarks

In an endeavour to understand the Portuguese positioning among the European countries regarding the performance of its public administration and its capacity to modernize it, five indicators were analysed. Portugal has really enhanced the relations between Public Administration and individuals. Information and services are closer to citizens than ever before. Yet it is important not to lose track and diverge from European partners. Major improvements have been made regarding collecting taxes. The process has been simplified and Portuguese Authorities expect them to further improve already in 2019 and 2020. Nevertheless, the government burden of bureaucracy hinders the Portuguese Public Administration performance considering citizen's perception.

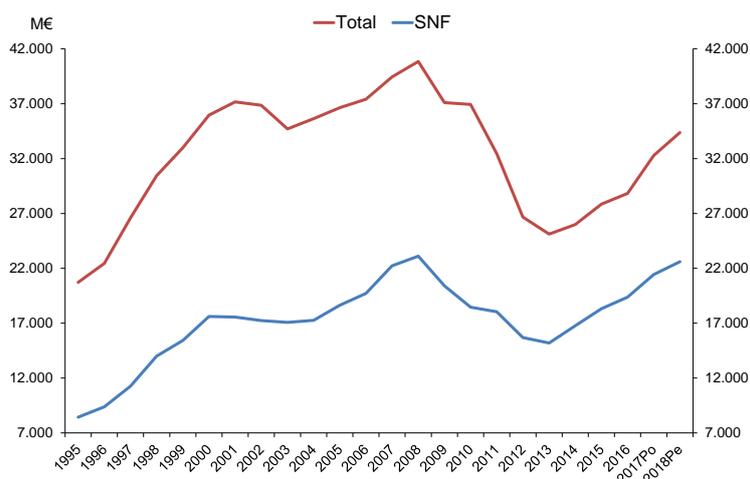
O investimento das empresas

Rita Tavares da Silva¹

1. Enquadramento

Com a crise financeira, o investimento em Portugal diminuiu acentuadamente estando, contudo, a recuperar desde 2014. Têm sido as empresas a dar o maior contributo para esta recuperação, estando atualmente o investimento das mesmas em níveis muito semelhantes aos anteriores ao da crise e representando cerca de dois terços do investimento total.

Figura 1 – Evolução da FBCF² Total vs SNF³



Tendo em consideração a relevância deste sector institucional para o investimento total da economia, interessa compreendê-lo e é neste enquadramento que o Inquérito de Conjuntura ao Investimento (ICI) ganha especial destaque.

A monitorização do investimento feito pelas empresas é, neste contexto, feita através da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), componente do Produto Interno Bruto (PIB) na ótica da despesa das Contas Nacionais relativas ao sector institucional das Sociedades Não Financeiras (SNF). Ocorrendo a divulgação da FBCF, nomeadamente por ramo de atividade, com desfase significativo face ao período de referência⁴, o Inquérito de Conjuntura ao Investimento (ICI) – que tem como principal objetivo o estudo do comportamento e das finalidades da FBCF das empresas – ganha relevância, porque permite não só estimar, de forma aproximada, a evolução do investimento mas também compreender outras dimensões associadas (como o financiamento, objetivos, limitações, etc.).

Esta análise tem, assim, como objetivo a **análise dos resultados** do Inquérito de Conjuntura ao Investimento e a sua **evolução ao longo do tempo**, compreender em que medida o inquérito ao investimento permite **antecipar a evolução** desta componente da procura, e ainda, fazer um pequeno exercício de **prospecção da evolução do investimento empresarial** com detalhe sectorial.

No Tema Económico GEE n.º 69 “Perspetivas de Investimento das Empresas”, de Ana Martins e Rita Tavares da Silva, publicado em 4 de julho de 2019, para além da análise da evolução

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia. As opiniões expressas não coincidem necessariamente com a posição do Ministério da Economia.

² FBCF – Formação bruta de capital fixo

³ SNF – Sociedades não Financeiras

⁴ Nesta data ainda só foram divulgados os valores definitivos para a FBCF por ramos de atividade até 2017. Os valores relativos à FBCF total e à FBCF para o Sector Institucional das Sociedades Não Financeiras (SNF) estão disponíveis até 2018.

das estimativas de investimento, é também analisada a informação que o Inquérito disponibiliza relativamente ao impacto dos investimentos realizados ou planeados sobre o número de postos de trabalho, as fontes de financiamento do investimento, os objetivos do investimento, o destino do investimento, a existência ou não de fatores limitativos do investimento e quais são estes fatores e, por fim, sobre as determinantes do investimento.

No seguimento da divulgação das Contas Nacionais Trimestrais por sector institucional, no dia 23 de setembro, das novas séries para as contas nacionais com a nova base 2016 e da série atualizada até 2017 da FBCF das SNF, que foi objeto de algumas revisões significativas, bem como da divulgação da última estimativa de investimento para 2018 e segunda estimativa para 2019 no ICI de julho de 2019, considerou-se oportuno e pertinente atualizar parte da análise com estes novos dados.

2. O Inquérito de Conjuntura ao Investimento

O Inquérito de Conjuntura ao Investimento (ICI) tem como principal objetivo o estudo do comportamento e das finalidades da FBCF das empresas e, ainda, a recolha de informação relativa às apreciações dos empresários sobre as condicionantes e determinantes do investimento e o impacto das despesas de investimento no número de postos de trabalho da empresa. Para efeitos do inquérito, o conceito de investimento é equivalente ao de FBCF.

O ICI é realizado duas vezes por ano, entre abril e junho e entre outubro e janeiro, sendo os resultados divulgados em julho e em janeiro, respetivamente. Assim, o inquérito estima a variação anual do investimento das empresas num determinado ano em quatro estimativas: em janeiro e julho desse ano e janeiro e julho do ano seguinte.

Este inquérito é feito a uma amostra a partir de um universo de empresas privadas e públicas (não incluídas no sector institucional das Administrações Públicas), classificadas nas divisões 05 a 82 da CAE-Rev. 3 (correspondentes às secções B a N)⁵, sediadas em Portugal, com mais de 4 pessoas ao serviço e com um volume de negócios nesse ano de, pelo menos, 125 mil euros⁶. As empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço são todas inquiridas.

2.1. Evolução das estimativas e do investimento das empresas

No ICI divulgado em julho de 2019, estima-se que o investimento empresarial terá crescido 4,7% em 2018 e irá crescer 3,7% em 2019. Este valor para 2019 representa uma revisão em baixa em 0,7 p.p. (pontos percentuais) face à 1.ª estimativa de 4,4% (inquérito de janeiro de 2019).

A evolução das estimativas divulgadas no ICI para a variação do investimento empresarial e dos valores da FBCF das SNF são apresentadas no quadro 1.

Com a alteração da base das Contas Nacionais da base 2011 para a base 2016, verifica-se que, a partir de 2006, todos os anos sofreram revisões da FBCF, tendo os dois últimos anos

⁵ Os sectores de abrangidos no ICI são:

- B - Indústrias extrativas;
- C - Indústrias transformadoras;
- D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio;
- E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição;
- F - Construção;
- G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos;
- H - Transportes e armazenagem;
- I - Alojamento, restauração e similares;
- J - Atividades de informação e de comunicação;
- K - Atividades financeiras e de seguros;
- L - Atividades imobiliárias;
- M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares;
- N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio.

⁶ No ICI publicado em julho de 2019 (inquérito efetuado entre abril e junho de 2019), a amostra foi de 3.731 empresas num universo de 43.926 empresas.

sofrido uma revisão significativa em alta, de 10,6% para 14,7% em 2016 e de 5,5% para 10% em 2017.

Quadro 1 – Variação do Investimento (em %)

Anos	Inquérito ao Investimento				FBCF SNF (base 2011)	FBCF SNF (base 2016)
	1ª	2ª	3ª	4ª		
	Estimativa publicação Jan ano N	Estimativa publicação Jul ano N	Estimativa publicação Jan ano N+1	Estimativa publicação Jul ano N+1		
1999	-	-	2,0	1,6	10,2	10,2
2000	-	-	-1,2	-0,1	14,1	14,1
2001	7,7	4,2	-1,0	-0,6	-0,3	-0,3
2002	-3,5	-3,4	-18,5	-5,9	-1,8	-1,8
2003	-0,9	-13,4	-21,6	-11,1	-0,9	-0,9
2004	1,4	5,6	-0,6	-0,1	1,1	1,2
2005	6,2	7,8	-4,3	0,7	7,9	7,9
2006	8,3	10,5	3,7	1,5	5,8	6,0
2007	3,2	6,6	3,1	14,7	12,8	12,7
2008	14,3	11,0	0,7	-0,6	4,0	4,1
2009	-8,6	-10,1	-17,1	-18,5	-11,7	-11,6
2010	1,4	5,6	-4,6	-5,4	-9,5	-9,9
2011	-3,7	-7,7	-17,0	-15,8	-2,3	-2,4
2012	-17,0	-16,7	-26,4	-28,1	-13,0	-13,2
2013	-4,2	-2,1	-8,3	-4,0	-3,2	-2,5
2014	1,1	2,4	1,0	5,4	10,3	10,9
2015	-2,2	2,5	0,1	-0,2	9,3	9,2
2016	3,1	6,0	6,5	7,4	5,8	5,3
2017	3,8	5,1	5,5	7,3	10,6	14,7
2018	3,7	5,1	1,9	4,7	5,5	10,0
2019	4,4	3,7				

As estimativas de investimento, tal como a FBCF das SNF, foram negativas entre os anos de 2009 e 2013, tendo sido acentuadamente negativas em 2012 (período que coincidiu com o pico da dívida das SNF). No ano de 2014, quer as estimativas quer a evolução da FBCF voltaram a ser positivas, com a FBCF das SNF a registar um crescimento de 10,9%. O ano de 2015 foi irregular: inicialmente estimou-se uma redução de investimento, depois um ligeiro aumento, registando nas duas últimas estimativas valores próximos de zero (com crescimento nulo do investimento), acabando a FBCF por registar uma variação de 9,2%. Desde 2016, as estimativas têm sido sempre positivas para o total das empresas, com a FBCF a registar taxas de crescimento de 5,3%, 14,7% e 10% em 2016, 2017 e 2018, respetivamente.

Nas figuras 2 e 3 pode observar-se a evolução das estimativas para o investimento das empresas estimadas no ICI e o valor final da variação da FBCF das empresas (SNF), em cada ano.

Figura 2 – Evolução das estimativas de investimento e da FBCF das SNF

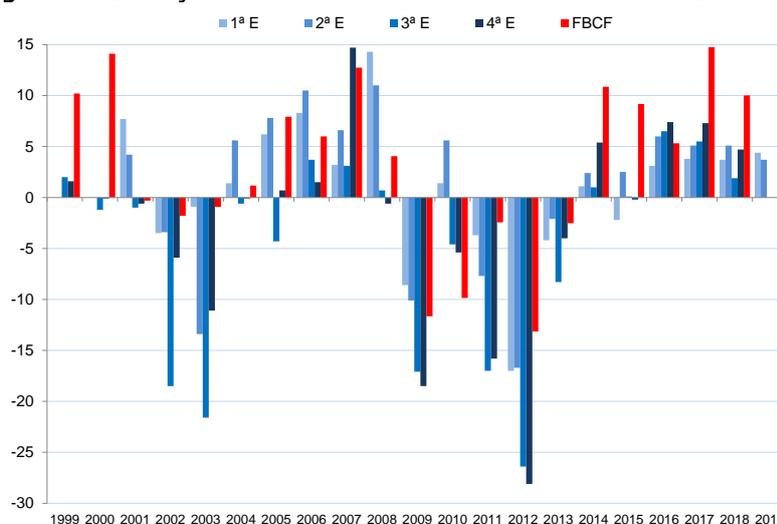
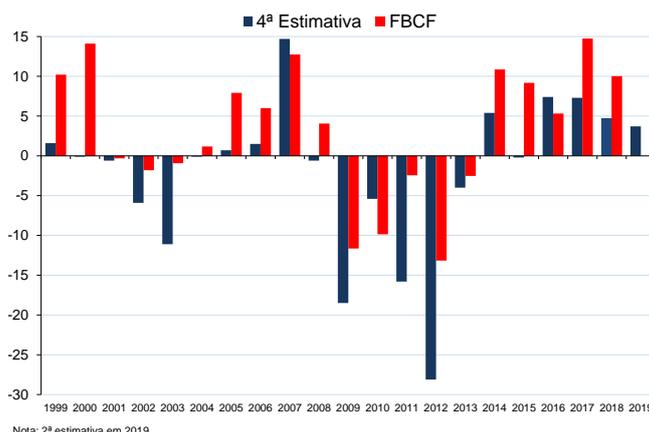


Figura 3 – Evolução do investimento



2.2. Investimento por sectores de atividade

O ICI disponibiliza também informação sobre as estimativas de Investimento desagregadas por sectores de atividade.

No último ICI, os sectores que têm maior peso nas estimativas de investimento para 2019 são a *Indústria transformadora* (27,2%), o *Comércio e reparação de veículos automóveis* (13,8%), as *Atividades administrativas* (12,4%), as *Atividades de informação e comunicação* (9,6%) e *Transportes e armazenagem* (9,2%).

O quadro 2 compara a última estimativa do ICI e da FBCF total dos diferentes sectores, bem como o peso da FBCF de cada sector na FBCF total das SNF. A figura 4 apresenta a evolução das quatro estimativas para cada um dos sectores para cada ano⁷ e FBCF respetiva.

Quadro 2 - Variação de investimento por ramo de atividade - 4ª estimativa e FBCF (em %)

Sectores	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		peso na FBCF total em 2010	peso na FBCF total em 2017
	ICI	FBCF	ICI	FBCF	ICI	FBCF	ICI	ICI														
Indústrias Extractivas	38,0	40,5	-6,7	-7,4	-15,1	-15,9	9,2	10,5	-10,2	12,4	-3,1	-21,4	-4,7	-8,8	82,2	66,4	43,0	32,7	0,5	0,6		
Indústrias Transformadoras	-5,4	2,8	-21,5	-3,0	-33,2	-12,7	-6,7	-5,0	-1,9	14,5	4,0	2,9	16,4	20,4	10,8	18,2	5,3	-4,4	12,1	18,4		
Eleticidade, gás	-13,6	-23,3	16,5	-2,5	-10,6	-8,8	3,9	6,7	6,7	-16,8	-14,8	-3,1	-5,5	-12,3	-16,8	-2,3	-5,0	5,6	5,1	3,8		
Água, saneamento, gestão resíduos	3,3	43,1	18,2	-21,2	-25,1	-19,7	-27,6	-19,3	14,9	3,7	-11,1	-19,3	-19,3	-20,3	53,6	24,9	71,7	90,9	3,7	1,8		
Construção	-11,9	-13,3	-24,1	-3,7	-32,8	-30,4	-28,2	-11,3	-14,3	3,7	-17,2	-7,3	0,9	-20,5	-5,8	31,2	2,3	-11,3	3,0	2,0		
Comércio; reparação de veículos	-10,2	-3,9	-24,5	-18,6	-32,7	-13,7	16,9	3,1	5,2	23,3	9,7	4,6	3,9	10,4	15,9	3,8	-5,0	4,9	5,9	7,0		
Transportes e armazenagem	-2,4	-57,7	-20,7	67,3	-41,5	-35,5	1,6	-1,1	13,7	-6,1	24,0	39,1	26,2	-12,3	12,7	22,2	9,8	39,7	3,6	6,1		
Alojamento, restauração	-52,9	6,1	-28,1	-19,9	-33,1	-14,7	-17,6	-19,0	-3,7	11,1	14,5	30,9	4,7	13,3	-8,5	27,6	-19,6	-14,1	3,1	4,0		
Activ. informação e comunicação	-3,5	26,8	-15,1	-16,4	-15,1	-5,6	1,2	1,1	26,0	4,1	-13,9	4,9	-3,6	-9,9	10,2	19,8	-4,6	-6,3	7,0	7,4		
Activ. financeiras e de seguros	9,2	-33,1	-15,1	9,3	-11,9	-40,3	-4,7	51,0	-1,7	-85,4	27,1	-214,8	7,7	-379,1	-8,4	-41,5	51,9	29,3	2,2	0,7		
Activ. imobiliárias	-24,4	-7,3	11,6	-14,6	-21,4	-12,5	22,2	-16,0	-33,5	16,1	-11,3	8,9	62,7	7,0	-1,1	8,4	72,6	-24,7	19,6	20,2		
Activ. Consult., científicas, técnicas	11,2	-8,1	-26,8	-5,8	-3,4	-17,4	-0,6	11,0	-14,8	13,0	32,2	-6,7	21,8	7,8	-1,4	8,6	-11,7	48,3	3,3	4,0		
Activ. administrativas	10,0	35,4	-21,1	-4,2	-35,1	-31,5	-14,0	-2,5	23,9	52,8	-7,7	24,2	8,5	42,5	10,9	15,5	11,7	-9,3	1,9	4,3		

Nota: Para 2019 é utilizada a 2ª estimativa

Os sectores com um peso mais significativo no investimento total do sector das SNF em 2017 (último ano com dados disponíveis por sector) são as *Atividades imobiliárias* (20,2%), seguido da *Indústria transformadora* (18,4%), *Atividades de informação e comunicação* (7,4%) e do *Comércio e reparação de veículos automóveis* (7%).

A *Indústria transformadora* passou de um peso de 12,1% em 2010 para 18,4% em 2017, o que representou o maior aumento do peso (6,3 p.p.) neste conjunto de sectores.

Depois de vários anos de estimativas de variação de investimento negativas, este sector teve perspectivas positivas para o crescimento do investimento nos últimos três anos (2016, 2017 e 2018) e o crescimento do investimento registado neste sector tem sido positivo desde 2014 (14,5% em 2014, 2,9% em 2015, 20,4% em 2016 e 18,2% em 2017). No entanto, nos dois inquéritos de 2019, este sector passou a estimar um valor negativo para a variação do investimento em 2019 (-6,6% no ICI de janeiro e -4,4% no ICI de julho) pela primeira vez desde

⁷ Em anexo está a informação completa de todas as estimativas para os sectores.

janeiro de 2016, o que ganha especial relevância porque este é o sector com maior peso nas estimativas de investimento.

As *Atividades imobiliárias* registaram estimativas de investimento muito positivas em 2016, 2017 e 2018, no entanto para 2019 revelam-se pessimistas (-24,7% no ICI de julho). Neste sector, o investimento registou reduções nos anos 2010-2013, tendo registado crescimento desde 2014 (16,1%), embora tenha diminuído nos anos seguintes (8,9% em 2015, 7% em 2016 e 8,4% em 2017).

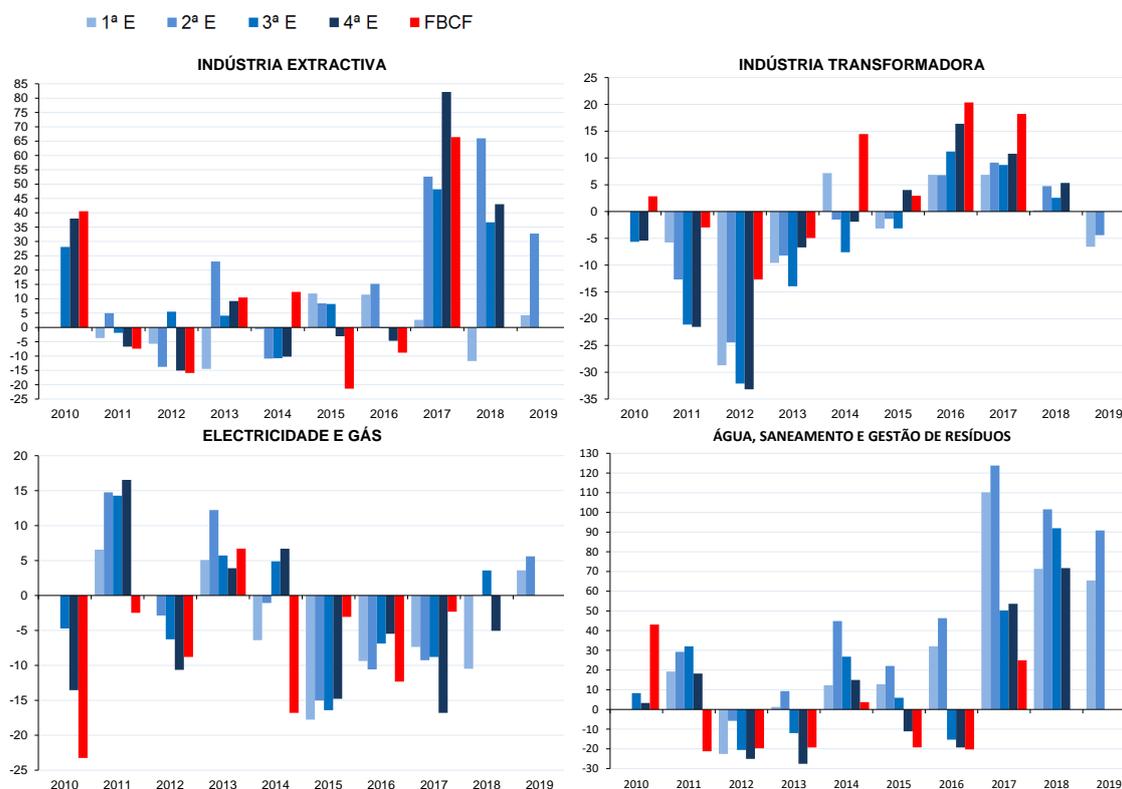
Estes dois sectores (*Atividades imobiliárias* e *Indústria transformadora*) registam perspetivas pessimistas para 2019, depois de alguns anos com expectativas de crescimento, o que é muito relevante, uma vez que juntos representam 39% do total da FBCF das empresas em 2017.

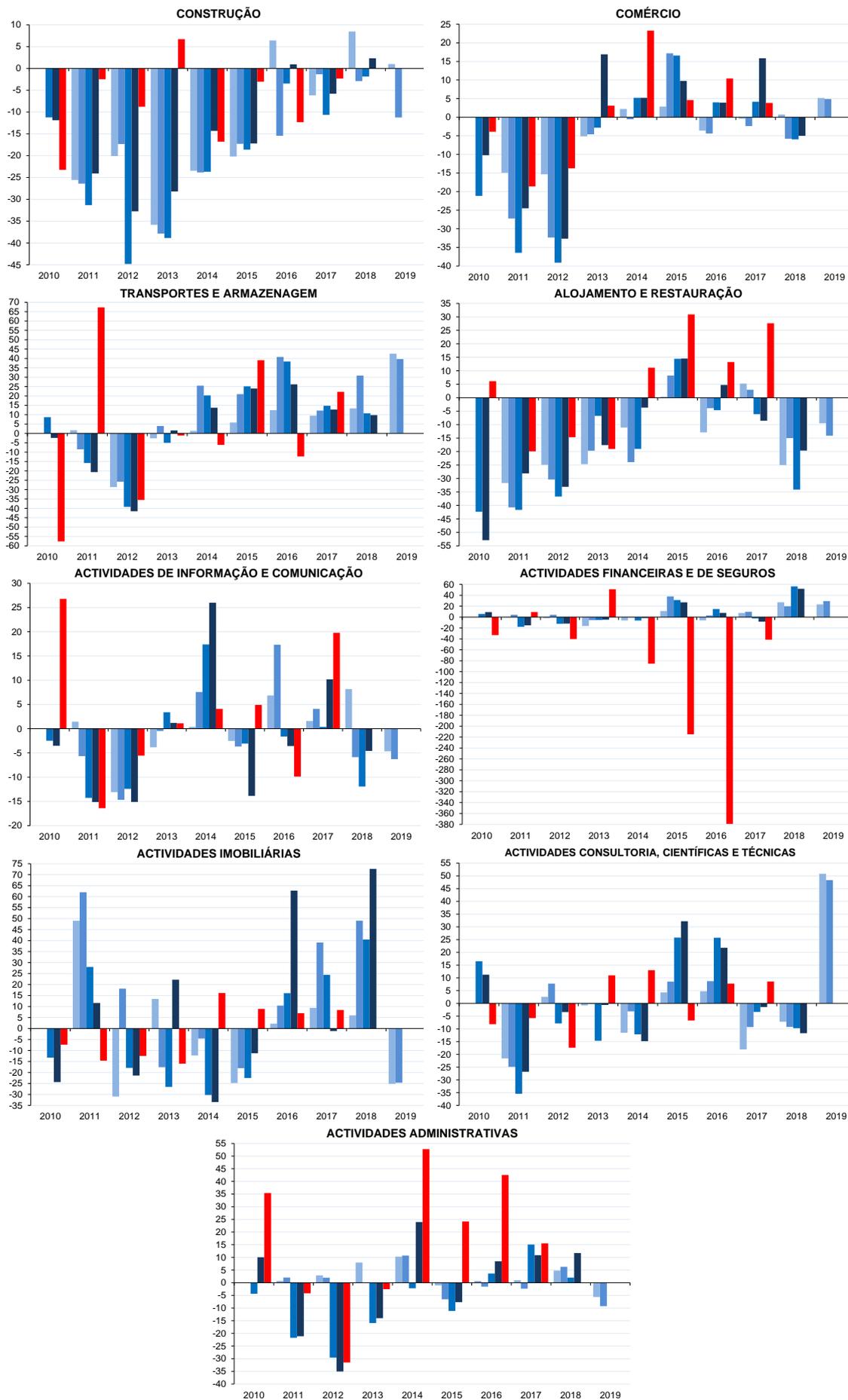
A *Construção*, durante o período 2010-2015, teve sempre estimativas pessimistas para o investimento, tendo sido muito acentuadamente negativas entre 2011 e 2015. Em 2016, 2018 e 2019, a 1.^a e a 4.^a estimativas foram positivas, mas as restantes foram pessimistas, em particular a estimativa atual para 2019, que é de -11,3%. A FBCF apenas registou crescimento em 2014 com 3,7% e em 2017 com o crescimento bastante significativo de 31,2%.

O sector do *Alojamento e restauração* registou estimativas muito negativas até 2014, com algumas estimativas de crescimento positivo em 2015, final de 2016 e no início de 2017. Para 2018 e 2019, as perspetivas para a variação do investimento são negativas (-19,6% e -14,1%, respetivamente).

O sector dos *Transportes e armazenagem*, depois de valores muito negativos em 2011 e 2012, tem tido perspetivas de crescimento acentuado desde 2014 (39,7% para 2019).

Figura 4 - Evolução das estimativas de investimento e da FBCF por sector de atividade





Nota: FBCF por sector não disponível para 2018 e 2019

2.2.1. Empresas exportadoras da indústria transformadora

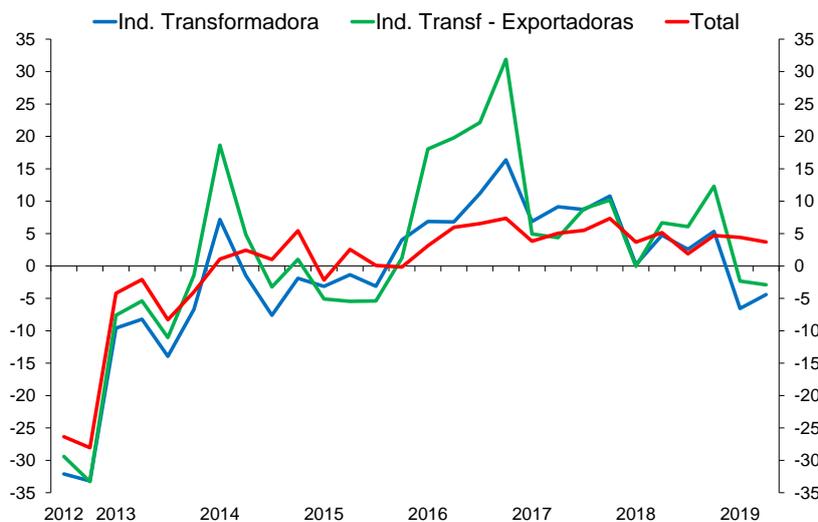
A partir de janeiro de 2013, o ICI passou a divulgar também as estimativas para a variação do investimento para a subsecção das empresas exportadoras pertencentes ao sector das *Indústrias transformadoras*.

Este subconjunto de empresas, que são empresas com uma vertente exportadora, estima que em 2018 o investimento tenha aumentado 12,3% (o que compara com uma pior expectativa para o conjunto das empresas deste sector: 5,3%) e prevê um decréscimo de 2,9% em 2019 (menos pessimista que o conjunto do sector: -4,4%). No ICI de janeiro estimavam um crescimento do investimento de 6,1% para 2018 e um decréscimo de 2,3% para 2019, ou seja, ficaram mais otimistas para 2018 e mais pessimistas para 2019.

Quadro 3 - Estimativa de variação de investimento das empresas exportadoras da indústria transformadora (em %)

Anos	Inquérito ao Investimento			
	1ª	2ª	3ª	4ª
	Estimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	publicação	publicação	publicação	publicação
	Jan ano N	Jul ano N	Jan ano N+1	Jul ano N+1
2012			-29,4	-33,3
2013	-7,6	-5,4	-11,0	-1,5
2014	18,6	4,8	-3,2	1,0
2015	-5,1	-5,5	-5,4	1,2
2016	18,0	19,8	22,1	31,9
2017	5,0	4,4	8,8	10,2
2018	-0,1	6,7	6,1	12,3
2019	-2,3	-2,9		

Figura 5 - Evolução das estimativas de investimento



Observa-se que as empresas exportadoras da *Indústria transformadora* são mais otimistas, em média, que o sector onde se inserem. De facto, para 2019 têm uma expectativa de diminuição do investimento de 2,3%, que compara com uma expectativa de diminuição maior de 6,6% no conjunto do sector.

3. Análise prospetiva

De modo a aferir sobre a medida em que o ICI permite antecipar a evolução do investimento das empresas, sistematizam-se no quadro 4 as estimativas de evolução do investimento das empresas e a variação observada da FBCF das SNF, bem como o coeficiente de correlação entre estas duas variáveis no período 1999/2019.

Quadro 4 – Estimativas do Inquérito ao Investimento e Evolução da FBCF (em %)

Anos	Inquérito ao Investimento				FBCF SNF (base 2011)	FBCF SNF (base 2016)
	1ª	2ª	3ª	4ª		
	Estimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa		
	publicação	publicação	publicação	publicação		
	Jan ano N	Jul ano N	Jan ano N+1	Jul ano N+1		
1999	-	-	2,0	1,6	10,2	10,2
2000	-	-	-1,2	-0,1	14,1	14,1
2001	7,7	4,2	-1,0	-0,6	-0,3	-0,3
2002	-3,5	-3,4	-18,5	-5,9	-1,8	-1,8
2003	-0,9	-13,4	-21,6	-11,1	-0,9	-0,9
2004	1,4	5,6	-0,6	-0,1	1,1	1,2
2005	6,2	7,8	-4,3	0,7	7,9	7,9
2006	8,3	10,5	3,7	1,5	5,8	6,0
2007	3,2	6,6	3,1	14,7	12,8	12,7
2008	14,3	11,0	0,7	-0,6	4,0	4,1
2009	-8,6	-10,1	-17,1	-18,5	-11,7	-11,6
2010	1,4	5,6	-4,6	-5,4	-9,5	-9,9
2011	-3,7	-7,7	-17,0	-15,8	-2,3	-2,4
2012	-17,0	-16,7	-26,4	-28,1	-13,0	-13,2
2013	-4,2	-2,1	-8,3	-4,0	-3,2	-2,5
2014	1,1	2,4	1,0	5,4	10,3	10,9
2015	-2,2	2,5	0,1	-0,2	9,3	9,2
2016	3,1	6,0	6,5	7,4	5,8	5,3
2017	3,8	5,1	5,5	7,3	10,6	14,7
2018	3,7	5,1	1,9	4,7	5,5	10,0
2019	4,4	3,7				
Coefficiente de correlação com a FBCF (base 2011)	0,63	0,67	0,75	0,83		
Coefficiente de correlação com a FBCF (base 2016)	0,62	0,65	0,76	0,84		

Observa-se que a correlação entre as estimativas e a FBCF aumenta da 1.ª para a 4.ª estimativa (0,62 na 1.ª estimativa, 0,65 na 2.ª estimativa, 0,76 na 3.ª estimativa e 0,84 na 4.ª estimativa) apresentando valores significativos nas estimativas finais e configurando-se como um bom indicador avançado da evolução do investimento empresarial, especialmente na 4ª estimativa.

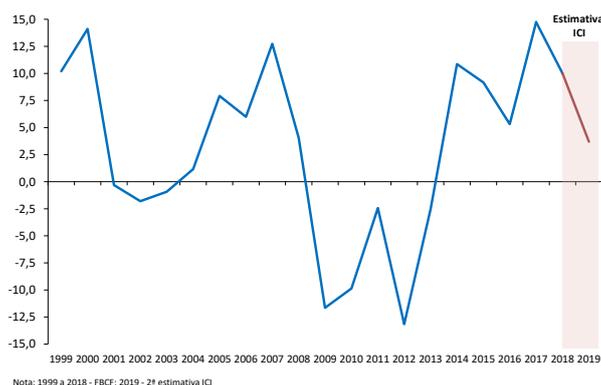
Com detalhe sectorial, verifica-se que as correlações entre as estimativas do ICI e o investimento empresarial atualizado pelas Contas Nacionais com a base 2016 são significativas nos sectores das Indústrias extrativas (0,93), nas Atividades administrativas (0,93), na Indústria transformadora (0,88) e no Comércio (0,74), demonstrando-se baixas nos restantes sectores.

Quadro 5 - Estimativa de investimento (4ª estimativa) e FBCF por ramo de actividade (em %)

Sector	FBCF (base 2011)		FBCF (base 2016)			Coefficiente de correlação (base CNT 2011)*	Coefficiente de correlação (base CNT 2016)*
	2015	2016	2015	2016	2017		
Indústrias Extractivas	-21,4	-11,3	-21,4	-8,8	66,4	0,82	0,93
Indústrias Transformadoras	2,9	19,9	2,9	20,4	18,2	0,86	0,88
Eletricidade, gás	-3,1	-10,7	-3,1	-12,3	-2,3	0,34	0,21
Água, saneamento, gestão resíduos	-19,3	-20,5	-19,3	-20,3	24,9	0,40	0,58
Construção	-7,3	-19,4	-7,3	-20,5	31,2	0,17	0,39
Comércio; reparação de veículos	4,6	8,6	4,6	10,4	3,8	0,77	0,74
Transportes e armazenagem	39,1	-12,8	39,1	-12,3	22,2	0,12	0,16
Alojamento, restauração	30,9	14,7	30,9	13,3	27,6	0,61	0,59
Activ. informação e comunicação	4,9	-6,8	4,9	-9,9	19,8	0,28	0,38
Activ. financeiras e de seguros	-214,8	-392,6	-214,8	-379,1	-41,5	-0,59	-0,61
Activ. imobiliárias	8,4	5,9	8,9	7,0	8,4	-0,15	-0,10
Activ. Consult., científicas, técnicas	-6,7	8,3	-6,7	7,8	8,6	-0,07	-0,10
Activ. administrativas	24,2	36,4	24,2	42,5	15,5	0,98	0,93

* Coeficiente de correlação entre o investimento do ICI e a FBCF das empresas

Utilizando o ICI como indicador avançado do investimento empresarial, estima-se que, em 2019, o investimento empresarial desacelere, atingindo o crescimento mais baixo desde a recuperação iniciada em 2014.

Figura 6 – FBCF das SNF e estimativa de Investimento empresarial

Para esta desaceleração do investimento empresarial contribuirá de forma particularmente significativa a contração estimada nas *Indústrias Transformadoras* (variação estimada de -4,4% para 2019), já que o peso do investimento deste sector é cerca de 18% (peso na FBCF das SNF em 2017).

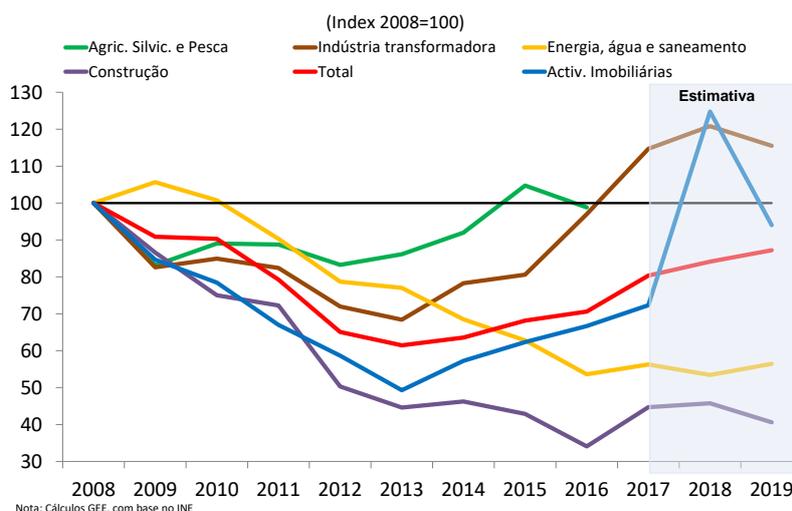
Quadro 6 – Estrutura e variação do investimento em 2018/19

	ESTRUTURA (a)			VARIACÃO (b)	
	2017	2018	2019	2018	2019
Indústrias extractivas	1,5	2,0	2,6	43,0	32,7
Indústrias transformadoras	29,4	29,5	27,2	5,3	-4,4
<i>Das quais: empresas exportadoras</i>				12,3	-2,9
Electricidade, gás	5,7	5,1	5,2	-5,0	5,6
Água, saneamento, gestão de resíduos	0,8	1,3	2,4	71,7	90,9
Construção	3,6	3,5	3,0	2,3	-11,3
Comércio; reparação de veículos automóveis	15,0	13,6	13,8	-5,0	-4,9
Transportes e armazenagem	6,5	6,8	9,2	9,8	39,7
Alojamento, restauração	5,8	4,5	3,7	-19,6	-14,1
Activ. informação e comunicação	11,6	10,6	9,6	-4,6	-6,3
Activ. financeiras e de seguros	4,3	6,3	7,8	51,9	29,3
Activ. imobiliárias	0,5	0,8	0,6	72,6	-24,7
Activ. consultoria, científicas, técnicas	2,0	1,7	2,5	-11,7	48,3
Activ. administrativas	13,3	14,2	12,4	11,7	-9,3
TOTAL	100	100	100	4,7	3,7

(a) Distribuição percentual do investimento pelas secções da CAE

(b) Taxa de variação anual, em valor (%)

Apesar da contração estimada pelo ICI do investimento da indústria transformadora (um sector com uma forte orientação exportadora), espera-se que este aumente em 2018 e em 2019 para 121% e 116%, respetivamente, do valor nominal de 2008.

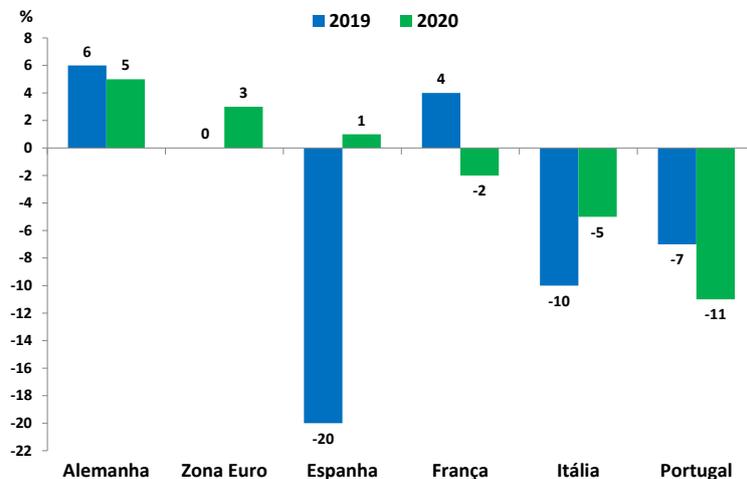
Figura 7 - Investimento por sector de actividade

Complementando esta informação com a do Inquérito ao Investimento da Comissão Europeia, realizado entre outubro e novembro deste ano, estima-se que, em 2019, o investimento na Indústria transformadora portuguesa diminua 7% (face a uma diminuição de 3% no inquérito de março), enquanto na Zona Euro não irá variar (face a +6% no inquérito de março). Para

2020 estima-se que o investimento diminuirá ainda mais em Portugal (-11%), tendência inversa à estimada para a média deste sector na Zona Euro (+3%).

Neste último inquérito, a Alemanha reviu de 11% para 6% a taxa de variação do investimento para 2019 e estima uma taxa de 5% para 2020.

Figura 8 - Estimativa de investimento da Indústria Transformadora



Fonte: Comissão Europeia, Inquérito ao Investimento, 28/11/2019.

Conclusão

De acordo com os resultados apurados no Inquérito de Conjuntura ao Investimento divulgado em julho de 2019, o investimento empresarial em termos nominais deverá apresentar um crescimento de 3,7% em 2019, o que se traduzirá numa desaceleração do investimento empresarial neste ano.

De um modo geral, as estimativas finais para o investimento das empresas do ICI aproximam-se significativamente do valor da FBCF das Contas Nacionais para o Sector das SNF, configurando-se este, assim, como um bom indicador avançado da evolução do investimento empresarial total, bem como para a evolução sectorial dos sectores *Atividades administrativas, Indústria transformadora, Indústrias extrativas e Comércio*.

De acordo com o ICI, prevê-se que o investimento da *Indústria transformadora* (um sector com uma forte orientação exportadora) apresente, em 2018 e 2019, níveis superiores aos de 2008, apesar das estimativas pessimistas deste sector para 2019 e de este comportamento não acompanhar a tendência da Zona Euro.

ANEXO

Estimativas de investimento (ICI) por ramo de atividade (em %)

Publicação	Ano de referência	Estimativa de Investimento	Indústrias Extractivas	Indústrias Transformadoras	Electricidade, gás	Água, saneamento, gestão de resíduos	Construção	Comércio; reparação de veículos automóveis	Transportes e armazenagem	Alojamento, restauração	Activ. informação e comunicação	Activ. financeiras e de seguros	Activ. imobiliárias	Activ. consultoria, científicas, técnicas	Activ. administrativas	Total
jan-11	2010	3ª	28,1	-5,6	-4,7	8,3	-11,2	-21,1	8,7	-42,3	-2,5	5,7	-13,2	16,5	-4,4	-4,6
jul-11		4ª	38,0	-5,4	-13,6	3,3	-11,9	-10,2	-2,4	-52,9	-3,5	9,2	-24,4	11,2	10,0	-5,4
jan-11	2011	1ª	-3,7	-5,8	6,6	19,2	-25,6	-14,9	1,7	-31,7	1,4	-0,6	49,0	-21,6	0,7	-3,7
jul-11		2ª	5,0	-12,7	14,8	29,2	-26,4	-27,2	-8,5	-40,7	-5,7	4,2	62,0	-24,9	2,0	-7,7
jan-12		3ª	-1,9	-21,1	14,3	32,0	-31,3	-36,5	-15,8	-41,6	-14,3	-17,8	28,0	-35,4	-21,7	-17,0
jul-12		4ª	-6,7	-21,5	16,5	18,2	-24,1	-24,5	-20,7	-28,1	-15,1	-15,1	11,6	-26,8	-21,1	-15,8
jan-12	2012	1ª	-5,7	-28,7	0,0	-22,6	-20,1	-15,3	-28,6	-24,9	-13,1	-2,0	-30,9	2,6	2,9	-17,0
jul-12		2ª	-13,8	-24,4	-2,9	-5,8	-17,3	-32,3	-25,8	-30,4	-14,7	4,1	18,1	7,7	2,0	-16,7
jan-13		3ª	5,5	-32,1	-6,3	-20,6	-44,8	-39,1	-39,2	-36,7	-12,4	-12,3	-17,9	-7,9	-29,5	-26,4
jul-13		4ª	-15,1	-33,2	-10,6	-25,1	-32,8	-32,7	-41,5	-33,1	-15,1	-11,9	-21,4	-3,4	-35,1	-28,1
jan-13	2013	1ª	-14,5	-9,6	5,1	1,3	-35,8	-5,1	-2,6	-24,7	-3,8	-16,2	13,5	-0,8	8,0	-4,2
jul-13		2ª	23,0	-8,2	12,2	9,3	-37,9	-4,6	4,0	-19,7	-0,5	-5,5	-17,6	-0,2	0,0	-2,1
jan-14		3ª	4,1	-13,9	5,7	-12,0	-38,9	-2,8	-5,0	-6,8	3,4	-5,2	-26,5	-14,6	-15,9	-8,3
jul-14		4ª	9,2	-6,7	3,9	-27,6	-28,2	16,9	1,6	-17,6	1,2	-4,7	22,2	-0,6	-14,0	-4,0
jan-14	2014	1ª	-0,7	7,2	-6,4	12,3	-23,5	2,2	1,4	-11,1	0,4	-6,1	-12,3	-11,5	10,3	1,1
jul-14		2ª	-10,9	-1,5	-1,1	44,8	-23,8	-0,5	25,5	-23,9	7,6	-0,4	-4,5	-3,1	10,7	2,4
jan-15		3ª	-10,8	-7,6	4,9	26,8	-23,7	5,2	20,3	-19,0	17,4	-6,2	-30,2	-12,1	-2,2	1,0
jul-15		4ª	-10,2	-1,9	6,7	14,9	-14,3	5,2	13,7	-3,7	26,0	-1,7	-33,5	-14,8	23,9	5,4
jan-15	2015	1ª	11,8	-3,2	-17,8	12,8	-20,2	2,8	5,8	0,3	-2,5	11,1	-24,8	4,3	-1,1	-2,2
jul-15		2ª	8,4	-1,4	-15,0	22,1	-17,3	17,2	21,0	8,2	-3,7	37,9	-18,0	8,5	-6,5	2,5
jan-16		3ª	8,2	-3,1	-16,4	5,9	-18,6	16,6	25,1	14,5	-3,1	31,3	-22,5	25,8	-11,1	0,1
jul-16		4ª	-3,1	4,0	-14,8	-11,1	-17,2	9,7	24,0	14,5	-13,9	27,1	-11,3	32,2	-7,7	-0,2
jan-16	2016	1ª	11,4	6,9	-9,4	32,1	6,4	-3,6	12,4	-12,9	6,9	-6,0	2,2	4,7	0,7	3,1
jul-16		2ª	15,2	6,8	-10,6	46,3	-15,5	-4,4	40,8	-3,9	17,3	3,1	10,4	8,7	-1,6	6,0
jan-17		3ª	-0,2	11,2	-6,9	-15,4	-3,5	4,0	38,4	-4,6	-1,6	14,7	16,1	25,7	3,6	6,5
jul-17		4ª	-4,7	16,4	-5,5	-19,3	0,9	3,9	26,2	4,7	-3,6	7,7	62,7	21,8	8,5	7,4
jan-17	2017	1ª	2,6	6,9	-7,4	110,2	-6,2	-0,4	9,5	5,2	1,6	7,5	9,4	-18,1	1,0	3,8
jul-17		2ª	52,6	9,1	-9,3	123,8	-1,4	-2,4	12,2	3,0	4,1	9,7	39,1	-9,3	-2,3	5,1
jan-18		3ª	48,2	8,7	-8,8	50,3	-10,7	4,2	14,7	-6,1	0,4	-2,3	24,4	-3,4	15,1	5,5
jul-18		4ª	82,2	10,8	-16,8	53,6	-5,8	15,9	12,7	-8,5	10,2	-8,4	-1,1	-1,4	10,9	7,3
jan-18	2018	1ª	-11,7	0,2	-10,5	71,3	8,4	0,7	13,4	-25,0	8,2	27,2	6,0	-7,2	4,8	3,7
jul-18		2ª	66,0	4,7	0,0	101,6	-2,9	-5,8	30,9	-15,0	-5,9	19,8	49,1	-9,2	6,3	5,1
jan-19		3ª	36,7	2,6	3,6	92,0	-1,9	-6,0	10,7	-34,1	-11,9	56,3	40,5	-9,7	2,0	1,9
jul-19		4ª	43,0	5,3	-5,0	71,7	2,3	-5,0	9,8	-19,6	-4,6	51,9	72,6	-11,7	11,7	4,7
jan-19	2019	1ª	4,3	-6,6	3,6	65,5	1,0	5,2	42,6	-9,5	-4,7	23,3	-25,2	50,8	-5,6	4,4
jul-19		2ª	32,7	-4,4	5,6	90,9	-11,3	4,9	39,7	-14,1	-6,3	29,3	-24,7	48,3	-9,3	3,7

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN 08 de novembro de 2019</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 8 de novembro de 2019 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Impostos Especiais sobre o Consumo – O Conselho chegou a acordo sobre a proposta de Diretiva relativa ao regime geral dos impostos especiais de consumo (IEC) e a proposta de Regulamento relativo à cooperação administrativa no respeitante ao conteúdo do registo eletrónico. O objetivo destas propostas é alinhar os procedimentos da UE em matéria aduaneira e de IEC, a fim de melhorar a livre circulação dos produtos sujeitos a IEC introduzidos para consumo no mercado único e de garantir, simultaneamente, que os impostos sejam corretamente cobrados pelos estados-membros. As propostas visam também reduzir os encargos jurídicos e administrativos para as pequenas empresas. Contêm ainda uma série de medidas destinadas a racionalizar e simplificar os processos no que respeita à interação entre a importação e a exportação de produtos sujeitos a IEC e à sua circulação dentro da UE. ▪ Transmissão e troca de dados sobre pagamentos relevantes para efeitos de IVA – O Conselho alcançou uma orientação geral sobre um conjunto de regras destinadas a facilitar a deteção da fraude fiscal nas transações de comércio eletrónico transfronteiras. Este conjunto de novas regras é composto por dois textos legislativos: (i) alterações à Diretiva IVA, estabelecendo obrigações aplicáveis aos prestadores de serviços de pagamento no sentido de manterem registos dos pagamentos transfronteiras relacionados com o comércio eletrónico. Estes dados serão então disponibilizados às autoridades tributárias nacionais em condições restritas, nomeadamente relacionadas com a proteção de dados, e (ii) alterações ao regulamento relativo à cooperação administrativa no domínio do IVA, estabelecendo, em detalhe, a forma como as autoridades tributárias nacionais irão cooperar neste domínio, a fim de detetar a fraude ao IVA e controlar o cumprimento das obrigações em matéria de IVA. ▪ Alterações à Diretiva relativa ao sistema comum do IVA no que respeita ao regime especial das pequenas empresas – O Conselho alcançou uma orientação geral sobre a simplificação das regras do IVA aplicáveis às pequenas empresas, através de (i) alterações à Diretiva IVA que visam rever e simplificar as regras relativas à isenção de IVA para as pequenas empresas, para que possam beneficiar da isenção de IVA em toda a UE (e não só a nível nacional, como até agora) e (ii) alterações ao regulamento relativo à cooperação administrativa no domínio do IVA, destinadas a melhorar a cooperação administrativa entre as autoridades fiscais no que toca à aplicação das regras atualizadas em matéria de IVA aplicáveis às pequenas empresas. ▪ Relatório anual do Conselho Orçamental Europeu (COE) – O Presidente do Conselho Orçamental Europeu apresentou o seu relatório anual relativo à implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento durante o exercício de supervisão orçamental de 2018 e à análise prospetiva dos potenciais melhoramentos das regras orçamentais da UE. O relatório conclui que, apesar do aumento

marginal do excedente primário estrutural, o nível de despesa também aumentou, culminando num abrandamento da consolidação orçamental na área do euro. Adicionalmente, o COE apontou para que as condições económicas relativamente favoráveis e desafios à sustentabilidade, os quais exigiam uma posição orçamental neutra na área do euro, não foram aproveitadas de forma a que países com dívidas soberanas elevadas criassem as almofadas orçamentais adequadas. Em relação à implementação do Pacto, o COE refere os riscos de desvios significativos em 2018 em vários países, criticando os elementos adicionais de discricionariedade utilizados pela Comissão na sua avaliação a estes países. O COE concluiu ainda na necessidade de reforma das regras orçamentais da UE, nomeadamente na sua simplificação. O COE pediu também um reforço do papel das instituições orçamentais independentes nacionais.

- **Conclusões do Conselho relativas às estatísticas da UE** - O Conselho adotou conclusões relativas às estatísticas oficiais europeias no contexto do quadro de governação económica, em particular estatísticas utilizadas no contexto do procedimento por défices excessivos, monitorização de desequilíbrios macroeconómicos e estatísticas estruturais. As conclusões visam reforçar a relevância da UE ter estatísticas de elevada qualidade, comparáveis e confiáveis.
- **Conclusões do Conselho relativas ao financiamento das ações climáticas** - O Conselho adotou conclusões relativas ao financiamento das ações climáticas antes da Conferência das Nações Unidas sobre alterações climáticas (COP25), que ocorrerá em Madrid, de 2 a 13 de dezembro de 2019. A UE e seus estados-membros continuam a representar a maior quota de financiamento público para as ações climáticas em países em vias de desenvolvimento, tendo as suas contribuições totais totalizado 21,7 bilhões de euros em 2018. Esta contribuição é assumida como um passo importante para a implementação do acordo sobre as alterações climáticas assinado em Paris, em dezembro de 2015.

Destaca-se, ainda, a aprovação sem debate:

- De nova alteração às conclusões do Conselho que aprovaram a lista da UE sobre jurisdições fiscais não cooperantes para efeitos fiscais, tendo o Belize sido retirado do Anexo I (lista "negra") para o Anexo II (lista "cinzenta"). Esta decisão fundamenta-se nas reformas implementadas para aplicar os compromissos que o Belize assumiu no sentido de melhorar o regime fiscal que aplica às empresas internacionais, tendo-se comprometido a alterar ou abolir até ao final de 2019 os elementos prejudiciais do seu regime de isenção aplicável a rendimentos de fontes estrangeiras. Com esta alteração, a lista "negra" passa a integrar oito jurisdições: Samoa Americana, Fiji, Guam, Omã, Samoa, Trindade e Tobago, Ilhas Virgens Americanas e Vanuatu.
- Da orientação geral do Conselho sobre a proposta de Diretiva que isenta de IVA e IEC produtos e prestação de serviços no que respeita ao esforço de defesa no âmbito da UE.

Destaca-se também, no domínio dos serviços financeiros a adoção pelo COREPER no dia 27 de novembro, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho

Iniciativa	Sumário
	relativa ao mecanismo acelerado de execução extrajudicial das garantias reais (AECE).
Organização e funcionamento do XXII Governo Constitucional Conselho de Ministros de 14 de novembro de 2019	Aprovou o Decreto-Lei que fixa a organização e funcionamento do XXII Governo Constitucional, adotando a estrutura adequada ao cumprimento das prioridades enunciadas no seu programa.
Código de Conduta do XXII Governo Constitucional – Orientações de conduta para os membros do Governo, dos seus gabinetes e demais dirigentes superiores da Administração Pública Conselho de Ministros de 21 de novembro de 2019	Aprovou o Código de Conduta do XXII Governo Constitucional, que estabelece um conjunto de regras que visam assegurar que a atividade governativa. E define as orientações de conduta para os membros do Governo, para os membros dos seus gabinetes e para os demais dirigentes superiores da Administração Pública, dando assim cumprimento ao objetivo de valorizar o exercício de cargos públicos.
Código dos Contratos Públicos – Acompanhamento global das Parcerias Público-Privadas – Formação dos contratos de PPP Conselho de Ministros de 21 de novembro de 2019	Aprovou o Decreto-Lei que procede à alteração do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei que disciplina a intervenção do Estado na definição e acompanhamento global das parcerias público-privadas. Nos contratos que configurem uma parceria público-privada, a decisão de contratar, e a aprovação das regras a observar na formação dos respetivos contratos, passa a revestir a forma de Resolução do Conselho de Ministros.
Vigilância nos organismos e entidades públicas – Vigilância assegurada por militares e polícias na reserva e pré-aposentação Conselho de Ministros de 21 de novembro de 2019	Reapreciou o Decreto-lei que regula as condições de acesso por parte dos serviços do Estado ao Programa "Vigilância +", o qual veio permitir que as funções de vigilância nos organismos e entidades públicas sejam asseguradas por militares e polícias na situação de reserva e de pré-aposentação.
Formação profissional na Administração Local Conselho de Ministros de 21 de novembro de 2019	Reapreciou o Decreto-lei que procede à adaptação à Administração local do regime da formação profissional que vigora na Administração Pública, mediante a introdução de especificidades decorrentes da realidade autárquica.
Regime de exploração do transporte público coletivo de passageiros Conselho de Ministros de 21 de novembro de 2019	Reapreciou o Decreto-lei que altera o regime de autorização para a manutenção do regime de exploração a título provisório, no âmbito do transporte público coletivo de passageiros, o qual produz efeitos a partir de dia 21 de novembro de 2019.
Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais Conselho de Ministros de 28 de novembro de 2019	Aprovou o decreto-lei que procede à criação de juízos de competência especializada, nos termos do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.
Contratos fiscais de investimento – Transposição de Diretiva Conselho de Ministros de 28 de novembro de 2019	Aprovou as minutas dos contratos fiscais de investimento a celebrar entre o Estado português e quatro sociedades comerciais (Panpor - Produtos Alimentares, Hutchinson Borrachas de Portugal, Eurostyle Systems Portugal - Indústria de Plásticos e de Borracha e Bosch Termotecnologia), relativos a projetos de investimento que reúnem as condições necessárias para a concessão de incentivos fiscais, e ainda

Iniciativa	Sumário
	um aditamento ao contrato fiscal de investimento celebrado a 9 de julho de 2014, com a sociedade 360 Steel Materials, que prevê um crédito a título de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.
Regime jurídico dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões – Transposição de Diretiva Conselho de Ministros de 28 de novembro de 2019	Reapreciou a proposta de lei relativa ao novo regime jurídico da constituição e funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, a submeter à apreciação da Assembleia da República e que visa assegurar a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva (UE) n.º 2016/2341, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Fundo de Fundos para a Internacionalização – Compromisso financeiro plurianual – Internacionalização das Empresas Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2019 - Diário da República n.º 187/2019, Série I de 2019-09-30	Aprova um compromisso financeiro plurianual no valor total de cinquenta milhões de euros, equivalente a 50% do capital inicial do Fundo de Fundos para a Internacionalização.
Convenções Fiscais – Erosão da Base Tributária – Transferência de lucros Resolução da Assembleia da República n.º 225/2019 - Diário da República n.º 219/2019, Série I de 2019-11-14	Aprova a Convenção Multilateral para a Aplicação das Medidas Relativas às Convenções Fiscais Destinadas a Prevenir a Erosão da Base Tributária e a Transferência de Lucros, adotada em Paris, em 24 de novembro de 2016.
Convenções Fiscais – Erosão da Base Tributária – Transferência de lucros Decreto do Presidente da República n.º 70/2019 - Diário da República n.º 219/2019, Série I de 2019-11-14	Ratifica a Convenção Multilateral para a Aplicação das Medidas Relativas às Convenções Fiscais Destinadas a Prevenir a Erosão da Base Tributária e a Transferência de Lucros, adotada em Paris, em 24 de novembro de 2016.
Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) Decreto-Lei n.º 167/2019 - Diário da República n.º 224/2019, Série I de 2019-11-21	Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2020.
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Supervisão sobre as sociedades gestoras de fundos de investimento e fundos de titularização de créditos Declaração de Retificação n.º 56/2019 - Diário da República n.º 225/2019, Série I de 2019-11-22	Retifica o Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro, das Finanças, que procede à transferência para a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários das competências de supervisão sobre as sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de titularização de créditos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 182, de 23 de setembro de 2019.
Regulamento de Equilíbrio Económico – Transporte Ferroviário Regulamento n.º 910/2019 - Diário da República n.º 229/2019, Série II de 2019-11-28	Regulamento de Equilíbrio Económico em contratos de serviço público de transporte ferroviário.

Lista de Acrónimos

Sigla	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
ADSE, I.P.	Instituto de Proteção e Assistência na Doença – Instituto Público de Gestão Participada
AL	Administração Local
AR	Administração Regional
BCE	Banco Central Europeu
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>
BP	Banco de Portugal
BT	Bilhetes do Tesouro
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto
CE	Comissão Europeia
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia
DGO	Direção-geral do Orçamento
DGTF	Direção-geral do Tesouro e Finanças
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>
Eurostat	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSEE	<i>Institut National de la Statistique et des Études Économiques</i>
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISTAT	<i>Istituto Nazionale di Statistica</i>
ISV	Imposto sobre Veículos
IUC	Imposto Único de Circulação

Sigla	Descrição
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
Michigan	Universidade de Michigan
NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
ONS	<i>Office of National Statistics</i> do Reino Unido
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto Interno Bruto
SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SS	Segurança Social
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>

Sigla	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.